



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICIPIO DE GONDOMAR | 2015 – 2020

DESENVOLVIMENTO

INTELIGENTE E INCLUSIVO

Aprovado em reunião plenária do Conselho Local de Ação Social de
Gondomar a 16 de março de 2015

Ficha Técnica

Título Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020

Autor Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Gondomar: *Cláudia Vieira • Vitória Santos • José Camilo • Carla Vale • Teresa Dolgner • Rosa Maria Tavares • João Baldaia • Nuno Coelho • Nuno Fonseca • Daniel Vieira • Isidro Sousa • José Macedo • José Andrade*

Gabinete de apoio à Rede Social de Gondomar: *Joana Silva • Alexandra Pimentel*

Data março de 2015

Edição Câmara Municipal de Gondomar

Índice

Nomenclaturas	4
Introdução	6
Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar – o <i>Planeamento Estratégico</i>	8
O Município de Gondomar – Principais Indicadores	11
Análise SWOT	34
Plano de Desenvolvimento Social 15/ 20	35
Eixos Prioritários de Intervenção	36
Eixo 1 – Capacitação, Inovação e Empreendedorismo Objetivos Gerais e Específicos e Metas por Eixo de Intervenção	37
Eixo 2 – Inclusão e Desenvolvimento Social & Promoção do Bem-estar Objetivos Gerais e Específicos e Metas por Eixo de Intervenção	47
Avaliação e Monitorização	67
Bibliografia	68

Nomenclaturas

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde

ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gondomar

AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AMP – Área Metropolitana do Porto

ARS, IP – Administração Regional de Saúde, Instituto Público

BLVG – Banco Local de Voluntariado de Gondomar

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CEF – Cursos de Educação e Formação de Jovens

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria

CLAS’G – Conselho Local de Ação Social de Gondomar

CPCJ’G – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar

CQEP – Centro para a Qualificação e Ensino Profissional

CSF/CSIF – Comissões Sociais de Freguesia/ Comissão Social Interfreguesia

DGEsTE, DGSR N – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção Geral dos Serviços Regionais do Norte

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLD – Desempregados de longa duração

EFA – Educação e Formação de Adultos

EPIS – Empresários pela Inclusão Social

EPIS – Empresários pela Inclusão Social

FC – Fundo de Coesão

FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FPCEUP – GEAV – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas

FSE – Fundo Social Europeu

GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR - Guarda Nacional Republicana

IEFP,I.P. – Instituto de Emprego e de Formação Profissional, Instituto Público
INML, IP – Instituto Nacional de Medicina Legal, Instituto Público
IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
NE – Núcleo Executivo do CLAS'G
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NEET – Jovens que não estão empregados, nem a estudar ou em formação
NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção para Sem Abrigo
PADS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar
PDS 15-20 – Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020
PRI – Programa de Respostas Integradas
Programa LIFE – Programa para o Ambiente e a Ação Climática
PSP – Polícia de Segurança Pública
QEC – Quadro Estratégico Comum
RNAJ – Registo Nacional do Associativismo Jovem
RSI – Rendimento Social de Inserção
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
UF – União das Freguesias
VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 (PDS 15-20) pretende trazer ao Município de Gondomar um novo ciclo de planeamento social, consubstanciado pelo Diagnóstico Social do Município de Gondomar bem como pelo Acordo de Parceria 2014-2020 – Portugal 2020 (Portugal 2020), que “adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal”.

O PDS 15-20 assume-se como um instrumento facilitador e promotor de desenvolvimento social ao espelhar e concertar um conjunto de propostas, visões e entendimentos, resultantes da mobilização e participação dos diversos *stakeholders* do município, onde se revêem as inúmeras articulações e concertações das parcerias locais, alicerçadas por um diálogo alargado e participado entre os elementos que constituem o Conselho Local de Ação Social de Gondomar (CLAS’G). Assume-se assim que, as entidades, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas a superar e das oportunidades a realizar, são os mais eficientes e eficazes para a concretização de objetivos a alcançar.

Elaborado pelo Núcleo Executivo do CLAS de Gondomar, tendo por base os contributos e informações provenientes de todos os parceiros, materializados nas CSF/CSIF, bem como a informação recolhida decorrente da elaboração do Diagnóstico Social do Município de Gondomar, sendo portanto coerente com as questões prementes e emergentes ali enunciadas, promovendo a inclusão social, o PDS 15-20 pretende ser um documento orientador do caminho a seguir no planeamento integrado e participado do desenvolvimento social do município.

Decorrente do momento que vivenciamos, em que entra em vigor um novo quadro comunitário e, portanto, a oportunidade de financiamento para ações que se revelem fundamentais para um crescimento essencialmente inteligente e inclusivo, também o PDS 15-20 tem em linha de conta estas mesmas orientações.

Se num primeiro momento é apresentada uma síntese do Diagnóstico Social do Município e do Portugal 2020, informação que pretende fundamentar e estruturar este documento, num segundo momento são apresentados os dois eixos estratégicos de intervenção assim como os objetivos gerais e específicos a atingir.

A opção pelos eixos estratégicos definidos prende-se com o entendimento que, limitando as prioridades de intervenção, a focalização nos resultados será efetiva, incrementando, desta forma,

na comunidade a participação cívica/societal, potenciando a articulação e concertação interinstitucional, potenciando a inclusão social.

Por último, serão apresentados os pontos referentes à execução, monitorização e avaliação do PDS 15-20, existindo, no entanto capacidade para a subsequente correção ou alteração de trajetórias que serão somente realizadas com significativa participação dos parceiros do CLAS de Gondomar.

Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar

o Planeamento Estratégico

Adotando uma visão de longo alcance, bem como, uma capacidade célere de reação às dificuldades e oportunidades de cada momento, consubstanciadas na preparação e planeamento atento aos desafios da atualidade, que num contexto caracterizado por mudanças aceleradas, o planeamento estratégico enquanto instrumento para aproveitar as oportunidades e responder às ameaças, *explorando os pontos fortes e superando as fraquezas*, se experimenta como fundamental.

Nesta linha de orientação torna-se imprescindível atuar de forma concertada, cumulativa e complementar em múltiplos domínios, numa visão mais ampla que permita integrar estratégias de desenvolvimento em prol da cidade, das entidades, dos serviços mas essencialmente das pessoas, onde todos os recursos contribuem e são essenciais para um pleno desenvolvimento inclusivo, sustentável e inteligente.

Num momento de oportunidades, criadas pela implementação da Estratégia Portugal 2020, o Município de Gondomar adoptando a visão estratégica do CLAS de Gondomar, em estreita articulação com diferentes parceiros, encontra-se estrategicamente a planear a sua intervenção para os próximos 6 anos, não descurando o seu contributo na operacionalização desta mesma estratégia.

A Estratégia Portugal 2020, a União Europeia (UE) e os seus Estados Membros assumiram a ambição de promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, definindo assim os grandes objetivos e metas da UE em termos de investigação e inovação, alterações climáticas e energia, emprego, educação e redução da pobreza para 2020.

Para a operacionalização destes objetivos, a estratégia Portugal 2020 está organizada em quatro domínios:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Para além destes programas temáticos foram igualmente definidos:

5 Programas Operacionais Regionais no Continente: Norte | Centro | Lisboa | Alentejo | Algarve;

2 Programas Regionais nas Regiões Autónomas: Açores | Madeira;

3 Programas de Desenvolvimento Rural: 1 no Continente | 2 nas Regiões Autónomas;

1 Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP);

1 Programa Operacional de Assistência Técnica.

Este novo período de programação é marcado por uma clara orientação para os resultados, tendo por objetivo maximizar a eficácia e os impactos das intervenções públicas, onde será necessário estimular uma parceria ativa dos cidadãos, de empresas e das instituições sociais, envolvendo diferentes níveis de governação, assegurar a apropriação das intervenções previstas pelas partes interessadas e explorar a experiência e o saber-fazer dos diversos stakeholders.

Com vista a aumentar a eficiência e a eficácia das intervenções, são propostos diversos instrumentos que promovem abordagens integradas da programação e que asseguram a coordenação das ações e a criação de sinergias, nomeadamente: ações de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), financiados pelo FEDER, Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão (FC).

- Relativamente ao DLBC pretende-se que este instrumento complemente e promova os resultados das políticas públicas no âmbito dos fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC), aumentando a eficácia e a eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial por delegação de tomada de decisão e por execução de parcerias locais entre os intervenientes públicos, privados e da sociedade civil (*os DLBC serão implementados no contexto de uma abordagem estratégica seguida pelos decisores políticos, a fim de garantir que as necessidades locais, têm em consideração as prioridades estabelecidas a um nível mais elevado*).
- Quanto aos ITI, financiáveis pelo FEDER, FSE e FC, são um instrumento estratégico para desenvolver uma abordagem integrada para o desenvolvimento urbano, reunindo financiamentos de vários eixos prioritários e programas com vista a promover investimento num território ou numa área funcional específicos. A possibilidade de delegação da execução das diferentes partes dos eixos prioritários numa só entidade (uma autoridade local) é uma oportunidade para garantir que os investimentos sejam realizados de modo complementar e tendo por base um conhecimento mais próximo e aprofundado dos territórios.

A Comissão Europeia propõe ainda as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) e os Planos de Ação Conjuntos; mecanismos que visam incentivar o desenvolvimento de intervenções integradas e estruturantes, tornando possível proceder à execução conjunta, por parte de um único beneficiário, de vários projetos, com diferentes fontes de financiamento no âmbito dos fundos QEC, e, em certos casos, de outros instrumentos da UE.

Importa enunciar os instrumentos de gestão direta da Comissão Europeia, tais como: Mecanismo Interligar a Europa, no domínio das infraestruturas, a iniciativa Horizonte 2020, no domínio da investigação e da inovação, o programa Erasmus para Todos, no domínio da educação e formação, o Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social, no domínio do emprego e da inclusão social, ou o programa LIFE, no domínio do ambiente e da ação climática.

Deste modo é possível e desejável, identificar e explorar as complementaridades existentes entre os diferentes instrumentos da EU, ao nível nacional e regional, tanto na fase de planeamento como durante a execução e, planear de forma integrada a sua utilização.

O Município de Gondomar – Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo

principais indicadores:

As Pessoas e as Famílias:

População residente de 168.027 habitantes, com predomínio do sexo feminino (87.020 mulheres) sobre o sexo masculino (81.007 homens);

- perda de população residente na faixa etária dos 0 aos 14 anos de idade e dos 15 aos 24 anos de idade, com uma variação negativa de 2.566 e 4.855 respetivamente; o grupo etário dos 65 e mais anos de idade é o que efetivamente assume um aumento significativo em termos de crescimento populacional, com 7.191 habitantes.
- por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, existem 99,7 pessoas com 65 ou mais anos, o que representa um aumento de mais 36 pessoas, face a 2001.
- aumento progressivo das dificuldades associadas ao aumento da idade, sendo o sexo feminino aquele que comporta um número mais elevado de pessoas com dificuldades associadas; as dificuldades que mais se destacam são “Andar ou subir degrau,” “Ver” e “Memória ou concentração”.
- O número de nacionais de países terceiros tem revelado uma tendência crescente, residindo em Gondomar 3.266 cidadãos/cidadãs imigrantes; a freguesia de Rio Tinto bem como a freguesia de Baguim do Monte e o território de Fânzeres demonstram ser os locais de residência com maior incidência de cidadãos/cidadãs imigrantes.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Desagregação das famílias; Envelhecimento da População.

Desestruturação das famílias.

Envelhecimento Populacional; Falta de incentivos à natalidade; Terrenos qualificados zona verde/ agrícola que impedem novas construções.

Envelhecimento da população; Progressiva extinção e deterioração dos laços familiares.

estratégias:

Revisão do Plano Diretor Municipal.

Aposta em projetos intergeracionais.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Fragilidades

Demografia:

- . as tendências demográficas projetadas para os próximos anos continuam a ser marcadas por baixos níveis de fertilidade e por uma longevidade acrescida, por uma diminuição da população em idade ativa e pelo aumento dos rácios de envelhecimento e de dependência dos idosos.
- . o fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, agravou-se na última década.
- . o envelhecimento demográfico – resultante tanto da redução da população jovem, fruto da baixa natalidade, como do aumento da população idosa, devido à elevação da esperança média de vida – que obriga, nomeadamente, a reforçar a cobertura e o acompanhamento das respostas sociais e de saúde.
- . o balanço em matéria de fluxos migratórios poderá, no atual contexto, contribuir para agravar esta situação – menor atratividade em matéria de imigração e uma tendência para o aumento da emigração, designadamente das gerações mais novas e qualificadas (*brain drain*).

Estratégias

Combate ao envelhecimento demográfico, com o contributo dos seguintes grupos de políticas:

- . Políticas de promoção da natalidade e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de igualdade entre homens e mulheres.
- . Políticas de conciliação da vida profissional e privada.
- . Políticas de promoção do emprego dos jovens e dos jovens adultos; Políticas de promoção do emprego de jovens altamente qualificados.
- . Promoção de estilos de vida saudáveis, atendendo à dinâmica de envelhecimento da população.
- . Políticas de promoção do envelhecimento ativo e saudável, seja para adultos sénior em idade ativa, seja de apoio aos idosos não ativos e 4ª idade.
- . Políticas que combatam a diminuição da população ativa.
- . Políticas que combatam a diminuição da população ativa (imigrantes).
- . Consolidar a rede de equipamentos e qualificação dos serviços coletivos de interesse geral, devendo ser privilegiada a geração de sinergias entre recursos institucionais (infraestruturas e pessoal especializado) e recursos da comunidade (e.g. rede familiar e de vizinhança), bem como a promoção das dinâmicas intergeracionais.

A Coesão Social

Rendimento Social de Inserção: o município de Gondomar em 2013 tinha 3.585 processos ativos;

Complemento Solidário para Idosos: 3.201 apoiados em 2013 (diminuição progressiva desde 2011); são os idosos residentes na União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim aqueles que mais reúnem apoios a este nível;

Pensão Social de Invalidez: apoiadas 4.307 pessoas; diferença entre sexos tem vindo a aumentar com prevalência para o sexo masculino (sexo masculino: 2.268; sexo feminino: 2.039);

Pensão Social de Velhice: apoiadas 28.458 pessoas;

Pensão Social de Sobrevivência: 10.038 beneficiários dos quais 8.222 são mulheres.

- **População Sem-abrigo:** em outubro de 2014 e decorrente do cruzamento de dados entre as diversas entidades, surgem 27 possíveis situações de pessoas sem-abrigo com relação ao município de Gondomar.

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCI'G)**

Em 2013 foram sinalizadas 1.053 situações passíveis de averiguação/ intervenção;

A CPCI'G acompanha 9% dos residentes até aos 19 anos de idade do município;

Os principais motivos que levaram à intervenção da CPCI'G entre os anos de 2009 e 2013: Negligência (760 intervenções), Maus-tratos psicológicos/ indiferença afetiva e Abandono/ Absentismo escolar (546 e 469 intervenções respetivamente), Violência Doméstica (383 intervenções);

As principais medidas aplicadas, entre 2009 e 2013 foram: Apoio junto dos Pais, Apoio junto de Outro Familiar, Acolhimento em Instituição, Confiança a Pessoa Idónea, Acolhimento Familiar bem como o Apoio para Autonomia de Vida.

- **FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados:** 4.063 pessoas beneficiaram em 2014 deste programa no município de Gondomar.

- **Refeitório/Cantina Social:** durante o ano de 2014 foram disponibilizadas diariamente cerca de 450 refeições em diversos pontos do município numa lógica de proximidade à população que delas necessitam.

- **Programa de Desenvolvimento Social “SOCIAL +”**

- + **Alimentação:** entre os meses de julho e dezembro de 2014 foram apoiados 519 agregados familiares traduzidos em **1.577 pessoas**, com uma verba mensal de cerca de **15.000,00€**.

- + **Habitação:** na 1.ª fase de candidaturas deste eixo, entre 1 e 31 de dezembro de 2014, foram apresentadas **226 candidaturas**.

- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar**

O Município de Gondomar entre os anos de 2006 e 2014 atribuiu subsídios que ascendem a €1.134.386,50 às Instituições Particulares de Solidariedade Social sediadas em Gondomar.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Dificuldades financeiras na família; Precariedade económica das famílias; (Des) Informação.

Baixos/ Insuficiência de Rendimentos; Carência Económica; Educação Parental/ Falta de competências parentais; Intervenção social (necessidade de uma maior intervenção).

Precariedade; Fome; Competências Parentais; 3.ª Idade; Apoio social mais diligente; Dificuldade das famílias no exercício da autoridade com os filhos.

Fome; Pobreza; Exclusão Social; Interventores Sociais (maior n.º de técnicos no terreno); Dificuldades Económicas; Economia Paralela; Carência Alimentar; Insuficiência de Alimentos; Rede transportes deficiente.

Dificuldades económicas – casos de fome; Falta de respostas para um apoio eficaz às famílias com dificuldades sócio-económicas; Pobreza envergonhada; Dificuldade das famílias no exercício da autoridade com os filhos.

Problemas de comportamento – *devido às dificuldades económicas no seio familiar*; Dificuldades económicas em muitos alunos.

estratégias:

Potenciar constituição de programas/ projetos de intervenção social e comunitária que visem a prevenção.

Converter algumas das escolas de 1.º Ciclo em respostas de apoio social.

Promover grupos de treino de competências, no âmbito da educação parental e criar grupos de auto ajuda.

Disponibilização de terrenos abandonados para fomentar a subsistência de famílias carenciadas.

Promover Escola de Pais.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
<p>. são, sobretudo, os agregados com crianças dependentes (22,2%) os que apresentam uma taxa de pobreza acima da média nacional (+3,5pp e superior aos agregados sem crianças (15%).</p> <p>. os agregados com mais crianças dependentes são, de resto, mais vulneráveis à pobreza; são as famílias unipessoais, monoparentais e numerosas as que registam taxas de pobreza monetária mais elevadas em 2013.</p> <p>. as taxas mais elevadas foram as estimadas para os agregados constituídos por um adulto que vive só (21,2%), por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,6%) e por dois adultos com 3 ou mais crianças (40,4%).</p> <p>. o risco de pobreza para os menores de 18 anos mantém-se elevado, abrangendo 24,4% daquela faixa etária.</p> <p>. no que respeita aos idosos, apesar do risco de pobreza deste grupo ser ainda em 2013, de 14,7%, vários foram os progressos realizados.</p>	<p>. A evolução do número de pessoas em risco de pobreza e/ou exclusão social (pretende-se reduzir em pelo menos 200 mil pessoas nessa situação, até 2020).</p> <p>. Combater a exclusão, pobreza infantil e dos idosos, nomeadamente através do acesso a serviços de qualidade dirigidos às crianças e aos idosos.</p> <p>. Aumentar as respostas de parcerias locais e as abordagens integradas de desenvolvimento social.</p> <p>. Desenvolvimento Local de Base Comunitária, prosseguidas pelos Grupos de Ação Local.</p> <p>. Pactos Territoriais para a Empregabilidade no âmbito de bacias de emprego ou intervenções de carácter mais local dirigidas à promoção da inclusão social – Contratos Locais de Desenvolvimento Social.</p> <p>. Consolidação da rede de equipamentos e a qualificação dos serviços coletivos (em particular sociais e de saúde), tendo em conta o seu papel chave na sustentação de mais e melhor coesão social nos territórios.</p>

Fragilidades	Estratégias
<p>. à exceção dos pensionistas, a taxa de risco de pobreza aumentou para as pessoas sem emprego, situando-se em 29,5% (em 2013).</p> <p>. a existência de grupos específicos particularmente vulneráveis: desempregados de longa duração, idosos, pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e grupos étnicos (com destaque para as comunidades ciganas), entre outros.</p> <p>. o crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária.</p> <p>. níveis ainda elevados de insucesso e abandono escolar precoce, que afetam sobretudo crianças e jovens de agregados familiares com maiores vulnerabilidades (entre outros, com especial incidência nas comunidades ciganas).</p>	<p>. Reforçar a cobertura e a qualidade dos serviços de apoio no domínio da inclusão social, garantindo o acompanhamento adequado e direto às respostas existentes e a capacidade para fazer face ao surgimento de novas necessidades.</p> <p>. Combate ao insucesso e abandono escolar precoce, na perspetiva de que este constitui um fator nuclear no rompimento da reprodução social da pobreza e dos riscos de exclusão social.</p> <p>. Promover estratégias de inclusão ativa, que combinem a melhoria de rendimentos das famílias, com a inclusão no mercado de trabalho – atuando também ao nível do combate à pobreza associada ao trabalho – e com o acesso a serviços de qualidade pelos grupos mais vulneráveis, nomeadamente serviços de cuidados a crianças e de apoio a outros dependentes, de saúde e de educação.</p> <p>Promoção da igualdade de género, combate às discriminações e melhoria da acessibilidade:</p> <p>. promoção da inclusão socioprofissional e reforço da empregabilidade dos segmentos da população mais afetados pelas desigualdades (e.g. Pessoas com deficiência e/ou incapacidades, beneficiários do RSI);</p> <p>. promoção do empreendedorismo junto de segmentos da população com constrangimentos específicos neste domínio (e.g. mulheres, imigrantes);</p> <p>. fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo;</p> <p>. apoio a crianças e jovens em risco, nomeadamente as descendentes de imigrantes ou minorias étnicas (com destaque para as comunidades ciganas), dinamizando respostas integradas às suas necessidades específicas;</p> <p>. promoção do acesso (físico e funcional) à rede de serviços coletivos nos territórios e às entidades empregadoras, em particular de segmentos vulneráveis (e.g. pessoas com mobilidade, ou comunicação e/ou orientação condicionada);</p> <p>. apoio a organizações estratégicas na concretização das políticas de promoção da igualdade, como as autarquias locais, as empresas e as organizações não governamentais;</p> <p>. formação de públicos estratégicos de suporte a uma maior eficácia e eficiência de políticas específicas neste domínio.</p>

Educação e Formação

No ano letivo 2013/2014 frequentavam os estabelecimentos escolares da rede pública do Município de Gondomar 15.725 alunos (1.º Ciclo ao Secundário);

Taxa de analfabetismo das mais baixas da AMP com uma taxa de 3,27%;

O nível de escolaridade mais preponderante da população residente em Gondomar é o 1.º ciclo;

Gondomar mantém em 2011 uma das mais elevadas taxas de ensino secundário (13,9%) quando comparada com a AMP;

Taxa de pré-escolarização no ano letivo 2011/2012 nos 65,7%, das mais baixas dos municípios da AMP;

Quanto às taxas de Retenção e Desistência por nível de ensino estas têm tendência a aumentar à medida que o percurso educativo atinge níveis de escolaridade mais elevados, sendo a taxa mais elevada referente ao ensino secundário.

- No ano letivo 2012/2013 estavam diagnosticadas 661 crianças (3,6% dos alunos) que frequentavam diversos níveis de ensino no município com Necessidades Educativas Especiais;
- Entre 2010 e 2012 foram certificadas 5.955 pessoas nos Centros Novas Oportunidades do município de Gondomar. Atualmente estão em funcionamento, no município de Gondomar, 4 Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional: CINDOR; Escola Profissional de Gondomar; Agrupamento de Escolas de Valbom; Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar.
- No município de Gondomar e devido a um número significativo de alunos retidos com baixo rendimento escolar, predominantemente no 2º e 3º ciclos do ensino básico, foram elencados quatro Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, nomeadamente: Agrupamento de Escolas de Valbom; Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres; Agrupamento de Escolas São Pedro da Cova; Escola Secundária de São Pedro da Cova.
- 54,49% dos alunos que frequentam as EB 1.º Ciclo estão abrangidos pela Ação Social Escolar (auxílios económicos); usufruem do escalão A 31,58% dos alunos.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Escolaridade Obrigatória vs Absentismo; Oferta Formativa desadequada; Delinquência Juvenil; Absentismo vs Abandono Escolar; Indisciplina (fenómenos de violência nas escolas); Desvalorização percurso escolar; Desvalorização da frequência do Pré-escolar; Falta de oportunidade de escolarização/ educação de adultos.

Ausência de competências sociais e pessoais; Baixas Habilitações Escolares; Baixas Qualificações Profissionais; Absentismo Escolar; Formação profissional desadequada às necessidades do mercado de trabalho e às características da população; Falta de oferta para adultos com baixa escolaridade.

Despesas com a Educação; Baixos níveis de escolaridade; Indisciplina; Falta de ações de sensibilização com os pais/ encarregados de educação; Insucesso Escolar; Melhorar refeições nas escolas; Falta de formação.

Falta de competências Pessoais; Indisciplina na Escola; Inexistência de Creche Pública; Abandono Escolar; Desvalorização do Ensino Profissional.

Analfabetismo; Abandono Escolar; Elevado n.º de alunos por turma; Dificuldades escolares e de comportamentos; Bullying - violência entre alunos.

Inexistência de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; Melhorar a articulação da rede escolar de forma a ter capacidade de resposta às necessidades educativas; Necessidade de mais apoio e acompanhamento extra-escolar; Abandono escolar ou fraca assiduidade; Ausência de qualificação/competências profissionais; Abandono Escolar e dos percursos formativos; Falta de oferta formativa pós-secundária; Baixas Qualificações; Habilitações, Formação, Motivação; Insuficiência de verbas para alunos do ensino superior (matriculas, propinas, apoios, etc); Insuficiência de meios económicos que afetam as crianças na formação letiva.

Emprego/Formação – *formação desadequada; necessidade de qualificar as pessoas direcionando-as para uma profissão (o saber fazer)*; Dificuldades financeiras.

estratégias:

Promover Escola de Pais; Criar espaços de literacia, aproveitando as escolas de 1º ciclo devolutas; Implementar cursos EFA e CEF, equivalência ao 6.º e 9º ano de escolaridade; Em parceria com os CQEP desenvolver cursos destinados aos adultos com baixa escolaridade (ex. equivalência ao 1º, 2º e 3º ciclo).

Promover a criação de um projeto cultural de referência para o município, desenvolvido no âmbito do Projeto Educativo (valorizar a relação inclusão social/ educação/cultura); Educação Parental/ Coaching Parental; Intervenção Precoce ao nível da Creche; Potenciar a Formação de Adultos; Promover ações continuadas que envolvam Família - Alunos - Comunidade Educativa (essencialmente Professores); Promover o contacto a partir do 2.º Ciclo, entre professores e famílias, não deixando este contacto apenas para a figura de Diretor de Turma.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
<p>. nível médio de qualificações da população portuguesa é ainda reduzido.</p> <p>. atraso face aos países mais desenvolvidos do nível médio das qualificações da população adulta e jovem (associado à tardia escolarização da população portuguesa, à reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada e ao abandono escolar precoce dos jovens).</p> <p>. necessidade de reforçar a atratividade e a competitividade internacional do ensino superior.</p> <p>. a qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação.</p> <p>. o ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho.</p> <p>. número significativo de crianças sem acesso ao ensino pré-escolar (assimetrias territoriais relevantes, sendo sobretudo nas áreas metropolitanas que o problema assume maior expressão).</p> <p>. ensinos básico e secundário, persistem problemas de elevados níveis de abandono escolar precoce e de elevados índices de insucesso.</p>	<p>. Aumento da cobertura da educação pré-escolar, quer através de contratos de desenvolvimento com entidades privadas, quer no reforço da oferta da educação pré-escolar nas instituições públicas, bem como na alocação e formação de educadores de infância especializados e na formação de docentes que acompanham alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).</p> <p>. Prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho.</p> <p>. Orientação vocacional e profissional dos jovens para ofertas ajustadas ao seu perfil e ao mercado de trabalho previstos na dimensão da qualidade e inovação do sistema de educação e formação.</p> <p>. Aumentar a qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação nas suas diferentes componentes e níveis de ensino.</p> <p>. Promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para grupos com mais baixas qualificações e com necessidades educativas especiais.</p> <p>. Promover ofertas formativas profissionalizantes para jovens.</p> <p>. Aumentar a participação dos adultos em atividades de educação e formação;</p> <p>. Melhorar o ajustamento entre a formação/ educação lecionada e a procura de qualificações pelo mercado de trabalho.</p> <p>. Facultar formações de nível superior.</p> <p>. Garantir ação social escolar (nos ensinos básico, secundário e superior). A igualdade no acesso aos ensinos básico e secundário será garantida sobretudo através da ação social escolar e de planos destinados aos alunos com NEE.</p> <p>. O apoio às bolsas do ensino superior para alunos carenciados, tendo em vista a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a esse nível de ensino, bem como a melhoria dos níveis de sucesso escolar</p> <p>. Melhoria da formação de professores/ formadores, de forma a ajustar práticas pedagógicas às especificidades das diferentes entidades educativas ou formadoras e dos alunos/ formandos.</p> <p>. Definir o modelo de regulação da oferta formativa no que diz respeito à definição dos papéis dos diferentes atores ao nível do sistema de educação/formação, considerando as diferentes modalidades formativas existentes.</p> <p>. Assegurar as condições determinantes para o bom funcionamento do sistema de informação de suporte ao planeamento e divulgação das ofertas formativas por território.</p> <p>. Desenvolvimento de sistemas de monitorização e eficácia da utilização de recursos e da produção de resultados no sistema de educação e de formação e o programa de autonomia das escolas, inscritas na dimensão da qualidade e inovação do sistema de educação e formação.</p>

Fragilidades	Estratégias
<p>. abandono escolar precoce situa-se no grupo de jovens com mais de 15 anos que ainda não concluíram com sucesso o 9º ano e que não se sentem adaptados nem motivados para as ofertas de ensino existentes.</p> <p>. prevenção das saídas precoce do sistema, com o recurso eficaz e alargado a estratégias de recuperação dos jovens adultos (18-24 anos) que, estando já fora da escola, tenham acesso a oportunidades de educação e formação no sentido de completarem o ensino secundário.</p> <p>. população adulta com baixas qualificações.</p>	<p>Os investimentos a realizar serão subordinados a um enquadramento estratégico que ponderará a evolução demográfica a apresentar e limitados a 350M, e terão em conta a seguinte ordem de prioridades estratégicas:</p> <p>. ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico,</p> <p>. requalificação de novos centros escolares (pré-escolar e 1.º ciclo) que permitam encerrar as escolas com poucos alunos;</p> <p>. ao nível do ensino básico e secundário e no âmbito da rede de centros de formação do IEFP, I.P. será apoiado o apetrechamento das estruturas de educação e formação com equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento do processo formativo, permitindo a sua atualização tecnológica;</p> <p>. no que se refere às infraestruturas, no 2º e no 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, apenas serão efetuados investimentos em infraestruturas que, pelo seu estado de conservação, não garantem as condições de segurança e em particular no que se refere à sua adequação a componentes mais técnicas associadas às novas ofertas profissionalizantes/tecnológicas, sendo priorizados os investimentos em escolas com elevado grau de degradação das respetivas instalações e défice de capacidade instalada;</p> <p>. infraestruturas de formação da rede de Centros de Gestão Direta e Participada do IEFP, I.P., as intervenções a concretizar visam a melhoria sistémica das qualificações e a criação de condições espaço-funcionais mais adequadas a uma organização flexível e modular da formação, designadamente em vias alternativas de natureza profissionalizante, priorizadas em função do estado de deterioração das respetivas instalações e de desatualizações tecnológicas relevantes face às necessidades das empresas e do mercado de emprego;</p> <p>. ensino superior apenas serão apoiados os equipamentos e estes devem ser destinados a novos cursos superiores de curta duração (ISCED 5) ou à criação de novos programas de ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho.</p>

Mercado de Trabalho

Em dezembro de 2013 o desemprego em Gondomar corresponde a 10,7% do total do desemprego registado nos 17 municípios da AMP, sendo o 3.º concelho com maior número de desempregados;

- as mulheres contribuem em maior número para o total dos desempregados;
- a faixa etária entre os 35 e 54 anos é a mais proeminente com 49,9%;
- quanto ao tempo de inscrição e à situação face ao emprego, verifica-se um maior peso dos desempregados de longa duração e à procura de novo emprego;
- entre 2009 e 2013, verifica-se uma tx. de crescimento de 46,63% do número de desempregados registados, sendo que contribuíram mais os homens para o aumento deste valor;
- no mesmo período salienta-se a tx. de crescimento do desemprego de longa duração (88,8%);
- a UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, a freguesia de Rio Tinto e a UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova são os territórios que mais contribuem para o total de desempregados inscritos no Concelho de Gondomar.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Formação profissional desadequada às necessidades do mercado de trabalho.

Desemprego; Pouca sensibilização das empresas para as medidas do IEFP.

Dificuldades económicas; Falta de recursos das famílias.

Desemprego; Dificuldade na inserção laboral de toxicodependentes; Dificuldade na criação de novos postos de trabalho.

Desemprego Jovem; Inadequação Profissional; Dificuldades na criação Emprego; Trabalho Precário.

Desemprego; Condições económicas precárias das famílias; Famílias desagregadas.

Desemprego: jovem, adultos longe da idade de reforma; Falta da dinamização do comércio local; Aposta dos setores tradicionais na vertente da cultura (artes e ofícios); Empregabilidade das pessoas com deficiência; Empresas que acolham estagiários com deficiência; Maior oferta de emprego e formação; Falta de enquadramento dos setores tradicionais de Gondomar; Ofertas de emprego com deficientes condições salariais.

Emprego/Formação – *formação desadequada; necessidade de qualificar as pessoas direcionando-as para uma profissão (o saber fazer)*; Dificuldades financeiras.

estratégias:

Criar estratégias que visem a constituição de uma plataforma de oportunidade de emprego, entre os parceiros.

Facilitar o Investimento do tecido empresarial, com consequente fiscalização.

Apoiar a constituição de Empresas Sociais de Inserção; Promover e explorar potencialidades do município (ex.: frente ribeirinha e zona florestal) potenciando a criação de novos postos de trabalho; Promover e potenciar o empreendedorismo.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Atendendo à volatilidade do mercado de trabalho principalmente no que se refere à empregabilidade, e uma vez que os dados abordados no Diagnóstico Social do Município de Gondomar se reportam a 2013, são explanados em seguida, dados que se reportam a dezembro de 2014, em que o município de Gondomar registava 14.087 pessoas desempregadas das quais 7.213 eram do sexo feminino e 6.874 do sexo masculino, mantendo-se desta forma a predominância do sexo feminino em questões de desemprego. Os quadros abaixo, permitem refletir igualmente sobre algumas das variáveis que caracterizam esta população:

Quadro 1: Grupo etário das pessoas desempregadas no município de Gondomar, dezembro 2014

Grupo Etário	Homens	Mulheres	Total
< 25 Anos	773	827	1600
25 - 34 Anos	1160	1388	2548
35 - 54 Anos	3362	3627	6989
55 Anos e +	1579	1371	2932

Fonte: Centro de Emprego de Gondomar - fevereiro 2015

Quadro 2: Habilitações literárias das pessoas desempregadas no município de Gondomar, dezembro 2014

Habilitações	Homens	Mulheres	Total
Ler-Escriver S/Grau Ensino	209	204	413
4 Anos	1885	1666	3551
6 Anos	1471	1241	2712
9 Anos	1374	1509	2883
11 Anos	166	171	337
12 Anos	1152	1447	2599
Ensino Pós-Secundário	23	11	34
Bacharelato	32	49	81
Licenciatura	339	640	979
Mestrado	98	149	247
Doutoramento		4	4

Fonte: Centro de Emprego de Gondomar - fevereiro 2015

Quadro 3: Tempo de inscrição no Centro de Emprego de Gondomar, dezembro 2014

Tempo Inscrição	Homens	Mulheres	Total
< 3 Meses	1143	1064	2207
3 a < 6 Meses	741	733	1474
6 a < 12 Meses	917	968	1885
12 a < 24 Meses	1449	1617	3066
>= 24 Meses	2624	2831	5455

Fonte: Centro de Emprego de Gondomar - fevereiro 2015

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades

. elevado nível de desemprego, com destaque para o peso do desemprego estrutural, caracterizado em regra por atingir os ativos com mais baixas qualificações e/ou de mais idade.

. elevado nível de desemprego, devido à atual crise económica, agravado pelo facto do desemprego de longa duração afetar mais de metade dos desempregados e do número de jovens que não estão empregados, nem a estudar ou em formação (NEET), ter aumentado significativamente.

. forte segmentação do mercado de trabalho, entre um segmento mais qualificado, tendencialmente com maiores condições de empregabilidade e qualidade do emprego e um segmento menos qualificado ou com qualificações desajustadas às necessidades do tecido produtivo, perspetivando-se riscos de desemprego estrutural ou o acesso a empregos precários.

. persistência de um elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social, que a atual situação económica e social poderá agravar.

. persistência de desigualdades na integração no mercado de trabalho, designadamente em termos de incidência do desemprego e da qualidade do emprego por conta de outrem (níveis salariais, perfis profissionais, vínculos contratuais, perspetivas de carreira e acesso a lugares dirigentes), assim como em matéria de criação do próprio emprego ou empresa (e.g. menor empreendedorismo feminino).

. disparidades entre homens e mulheres em matéria de conciliação entre a vida privada e profissional.

. elevada taxa de desemprego, com impactos particularmente negativos na população jovem e nos menos qualificados, requerendo medidas extraordinárias que promovam a criação de emprego, a empregabilidade e aumentem a competitividade.

Estratégias

. Promoção de um maior ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, e as políticas ativas de emprego de acordo com as diferentes necessidades dos territórios e dos diferentes grupos alvo.

. Proporcionar o aumento das condições de empregabilidade dos desempregados e reforçar a criação de emprego para grupos vulneráveis.

. Transição entre situações de inatividade ou desemprego e o emprego, assim como a criação líquida de emprego e manutenção no mercado de trabalho.

. Criar instrumentos financeiros públicos dirigidos ao investimento: intervenções na área da inovação e empreendedorismo social, microempreendedorismo, criação do próprio emprego (microcrédito).

. Estimular a criação líquida de empregos sustentáveis/ duradouros e dinamizar o emprego a tempo parcial.

. Reforçar o combate às discriminações, incluindo as salariais, com base no sexo, orientação sexual, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência ou idade, e promover a conciliação da vida profissional e privada.

. Aumentar o acesso à formação dos empregados menos qualificados e, em especial, dos que se encontram em micro e pequenas empresas.

. Qualificação dos ativos, na perspetiva em que permitem o desenvolvimento de competências (certificadas) para o mercado de trabalho, exigindo estratégias adequadas de ajustamento entre a oferta e a procura de quadros qualificados.

. Formação dos trabalhadores, dos empresários e dos gestores, que assumirá de forma complementar um fator de reforço na produtividade, competitividade e qualificação das estratégias empresariais.

. Promover a conceção e disseminação de formas de organização do trabalho mais inovadoras e produtivas, assim como práticas de saúde e segurança no trabalho.

. Estimular uma adequada inserção ou permanência de ativos mais velhos no mercado de trabalho, dinamizando a transmissão de saberes e competências entre gerações.

. Apoios à transição entre situações de inatividade ou desemprego e o emprego, bem como à criação líquida de emprego e à manutenção no mercado de trabalho, em especial dos trabalhadores “séniores”.

. Melhorar a capacidade de resposta do serviço público de emprego e das suas estruturas de suporte.

Habitação

Estão recenseados 73.436 alojamentos dos quais 99,96% são alojamentos clássicos, e 61.123 estão ocupados para residência habitual; da totalidade dos alojamentos utilizados para residência habitual, 99,7% dispõem de água canalizada, 99,9% têm sistema de drenagem e 97,9% têm instalação de banho ou duche.

- no final do ano 2013, estavam alojados nos 29 Conjuntos Habitacionais de Gondomar, 8.775 munícipes, distribuídos por 3.340 habitações.
- a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova é a que conta com mais fogos (1.254) e pessoas alojadas (3.467), sendo que o Conjunto Habitacional do Bairro Mineiro, é o de maior dimensão do concelho com 404 fogos.
- persistem mais de 4.500 agregados familiares com pedidos de habitação por satisfazer.
- a União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, é a que apresenta o maior número de pedidos de integração em habitação social (1.622), seguindo-se a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova (1.280) e a freguesia de Rio Tinto (1.129).

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Falta de resposta em habitação social; Falta de condições para arrendamento privado (mercado de arrendamento com preços elevados).

Dificuldade em arrendar habitação – toxicodependentes/ beneficiários RSI.

Excesso de conjuntos habitacionais; Falta de respostas habitacionais

Habitação Social (necessário mais resposta; deve ser criada maior exigência nos critérios de acesso; excesso de conjuntos habitacionais).

Acesso à habitação; Prática de elevadas rendas habitacionais; Necessidade de mais habitações sociais; Apoio ao arrendamento social; Dificuldade das famílias em encontrarem soluções para habitação própria.

Habitação social – famílias regressam a casa dos pais por falta de capacidade financeira p/ manter as suas casas.

estratégias

Facilitar reabilitação de imóveis; Promover o mercado social de arrendamento.

Implementar um sistema de fiscalização/monitorização aos residentes nos conjuntos habitacionais do município, promovendo a co-responsabilização em diversos âmbitos;

Sensibilizar os proprietários para a prática de valores de arrendamento mais acessíveis; Reconversão Urbana (casas devolutas).

Maior dinamização do parque de arrendamento; Arrendamentos a custos controlados (que visem apoiar também jovens).

Frequência de formação em Gestão Habitacional para entrega de habitação social.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades

. importantes segmentos de população em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifestas dificuldades de mobilidade, agravando as disparidades sociais.

Estratégias

. Combate aos fenómenos de pobreza, reforçando o apoio social aos grupos sociais mais vulneráveis.

. Intervenções de regeneração e revitalização urbana.

Saúde

Os 167.541 inscritos (*dados 2013*) no Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar têm médico de família com uma cobertura de 100% desde 2011.

Principais problemas de saúde em Gondomar: AVC; Diabetes; Doença isquémica cardíaca; Tumor da traqueia, brônquios e pulmão; VIH/SIDA.

- 14,8 em cada 100 utentes inscritos na ARS Norte sofre de hipertensão com ou sem complicações; no ACES de Gondomar esse valor ronda os 16,8;
- a taxa de incidência por AVC tem vindo a diminuir, nos indivíduos com menos de 65 anos mas com valores superiores aos verificados no Continente e na região Norte;
- a taxa de incidência de Tuberculose entre 2000 e 2009 tem vindo a diminuir cifrando-se, no entanto em valores superiores aos verificados em Portugal Continental e Região Norte;
- a menor prevalência de SIDA no ACES de Gondomar indicia uma menor duração da doença e uma elevada taxa de letalidade da doença no concelho;
- na ARS Norte 6,6 em cada 100 inscritos tem um diagnóstico de diabetes do tipo I ou tipo II; no ACES de Gondomar esse valor ronda os 6,5;
- o consumo de medicamentos ansiolíticos, hipnóticos, sedativos e antidepressivos em ambulatório no ano de 2008, foi na ARS Norte de 4,4 utentes em cada 100, que têm associado um diagnóstico de perturbação depressiva; no ACES de Gondomar esse valor sobe para 5,9;
- a proporção de nascimentos em mulheres em idade de risco (\Rightarrow 35 anos de idade) é no concelho de Gondomar superior à verificada na região norte e continente;
- a proporção de nascimentos pré-termo, isto é com duração da gravidez inferior a 37 semanas está nos últimos anos a aumentar no concelho de Gondomar, contrariamente ao que se está a verificar na região norte e continente;
- a proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos apresenta uma tendência decrescente nos últimos anos, mas ainda acima do verificado na região norte e continente.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Dependências - aumento de jovens a iniciar consumos precoces; Falta de respostas para pessoas com deficiência; Demência; Perturbações comportamento ao nível da infância; Alcoolismo; Falta de apoio psicológico; Nutrição (falta de uma alimentação equilibrada) nas crianças.

Perturbações comportamentais ao nível da infância; Falta de respostas para a saúde mental; Saúde mental nos idosos; Saúde familiar; Toxicodependência – destruturação familiar.

Saúde Mental e Ocupacional; Demência; Dependências; Alzheimer; Consumo de álcool; Reabilitação; Alimentação deficiente.

Deficiência (poucas respostas reabilitativas); Isolamento/ Solidão da população com deficiência; Inclusão na deficiência; Doença Mental (poucas respostas de acompanhamento); Falta de recursos de resposta para a Demência; Respostas Insuficientes para Idosos.

Idosos dependentes; Doença Mental; Gabinetes de psicologia; Falta gabinete médico nas escolas; Drogas; Alcoolismo; Falta de equipamentos para a Saúde Mental;

Doenças psiquiátricas - dificuldades na família/ dificuldades no emprego; Saúde Mental; Saúde - acesso; Farmácias de serviço descentralizadas com dificuldades de acesso.

Ausência de respostas sociais no âmbito da saúde mental; Problemas ao nível da deficiência (integração e acompanhamento); Idosos dependentes.

estratégias

Criar, no âmbito de um programa municipal de apoio a pessoas carenciadas apoio a nível médico, para perturbações de comportamento; Criar um gabinete de apoio psicológico; Encaminhamento para a consulta para jovens da ET de Gondomar; Projeto de “Educação para a Saúde/ Educação Alimentar” (1º, 2º, 3º ciclo e Secundário).

Candidaturas aos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental.

Constituição de uma resposta específica no município de Gondomar para a doença mental.

Definir como prioridade a constituição de uma Unidade de Vida Apoiada no concelho; Repensar a resposta de SAD; Promover a constituição da Comissão de Proteção à Pessoa Idosa/Deficiente; Envolver o movimento associativo na oferta de atividades diurnas para a população idosa.

Promover espaços com atividades de convívio, bem como, respostas sociais que proporcionem o descanso do cuidador.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
<ul style="list-style-type: none">. constrangimentos sobretudo na perspetiva da interligação muitas vezes existente entre o risco de pobreza ou exclusão social e as condições de saúde dos indivíduos;. os públicos em risco assumem cada vez mais, um carácter transversal na sociedade.	<ul style="list-style-type: none">. Apostar na prevenção de comportamentos de risco, bem como o rastreio e o diagnóstico precoce de doenças.. Fomentar uma intervenção integrada dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados.. Investir e a qualificar as respostas existentes ao nível da prestação de cuidados às crianças e idosos.. Promoção do envelhecimento saudável, seja para adultos sénior em idade ativa, seja de apoio aos idosos não ativos e 4ª idade (relacionados com os cuidados de saúde, continuados e similares).. Potenciar as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação (e.g. teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica) enquanto instrumentos para a melhoria do acesso dos cidadãos aos serviços, contribuindo para melhorar a eficácia e a eficiência dos sistemas.. Integrar os indivíduos e as famílias bem como promover uma cultura de coesão social, realizadas a partir de parcerias e com intervenções territorializadas de vários setores em articulação (segurança social, saúde e educação).

Justiça e Segurança

- **Sinistralidade Rodoviária:** entre os anos de 2011 e 2013, o número de acidentes rodoviários diminuiu sucessivamente; apesar do número de acidentes em 2013 ser relativamente mais baixo, foi nesse ano que se verificaram mais feridos graves, e em 2011 registou-se o número mais elevado de mortos.
- **Criminalidade:** entre os anos de 2009 e 2013 a criminalidade registada centra-se na categoria dos crimes contra o património e, seguidamente, mas a grande distância, surgem os crimes contra as pessoas. Os crimes contra o património têm na totalidade da criminalidade registada cerca de 66%, variando entre os 64,32% em 2009 e 66,89% em 2013.
- **Idosos:** Gondomar tinha 80 idosos em situação de isolamento identificados em 2011, 71 idosos sinalizados em 2012 e em 2013 foram identificados 140. Dos idosos identificados em 2013, 55% eram viúvos e 35% encontravam-se casados. Dos idosos identificados em 2013, 82,85% não têm necessidade de apoio; os idosos com necessidade de apoio, recebem-no através da família, bem como através do serviço de apoio domiciliário.

Violência Doméstica: As vítimas do crime de Violência Doméstica são maioritariamente do sexo feminino, vivem em união de facto ou são casadas, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos de idade.

GNR:

entre os anos de 2008 e 2013, o número de crimes registados oscilou de ano para ano. De 2008 a 2009 este número desceu sensivelmente, de 2009 a 2010 aumentou (mais quarenta e seis casos registados do que o ano anterior), de 2011 a 2012 verificou-se uma descida, no entanto, em 2013 o número de crimes voltou a subir.

. o tipo de crime mais frequente foram os maus tratos físicos, seguidos de ameaças-coação e em terceiro lugar o crime por difamação e injúrias.

. cerca de 75,6% dos crimes foram registados pela GNR de Fânzeres.

Comando Metropolitano do Porto (PSP de Rio Tinto, Gondomar e Valbom):

. entre os anos de 2011 e 2013, existe uma descida acentuada dos crimes de violência doméstica, voltando a subir moderadamente em 2013.

. cerca de 81,11% dos crimes registados, encontram-se na tipologia ameaça/ agressão através de força física.

. cerca de 55% dos crimes foram registados pela PSP de Rio Tinto.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Violência Doméstica; Violência conjugal; Apoio jurídico.

Violência Doméstica; Maus tratos; Violência Doméstica - falta de terapia familiar; Necessária mais segurança; Justiça - burocratização.

estratégias

Criação de um gabinete de apoio jurídico à comunidade.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
<p>. incidência das situações de violência de género, particularmente sobre as mulheres que configura uma grave violação dos direitos humanos.</p>	<p>Promoção da igualdade de género, combate às discriminações e melhoria da acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none">. promoção da inclusão socioprofissional e reforço da empregabilidade dos segmentos da população mais afetados pelas desigualdades (e.g. Pessoas com deficiência e/ou incapacidades, beneficiários do RSI);. promoção do empreendedorismo junto de segmentos da população com constrangimentos específicos neste domínio (e.g. mulheres, imigrantes).

Participação

▪ Cidadania:

Eleições autárquicas 2013 - tx. de abstenção superior nas freguesias mais urbanas do município, como Rio Tinto, a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a União de Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Baguim do Monte; a União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo foram os territórios onde essa abstenção registou maior variação.

a população votante, que efetivamente expressa a sua opinião através da participação eleitoral, fica muito aquém da população inscrita, que reúne condições para votar; é possível ainda aferir a maior representatividade de votos nulos em relação aos votos brancos.

▪ Banco Local de Voluntariado de Gondomar:

em agosto de 2014, encontravam-se inscritas 234 pessoas no BLVG;

50 são homens, correspondente a 21% e 184 são mulheres, corresponde a 79%;

são as pessoas mais jovens do município, idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos de idade e dos 16 aos 25 anos de idades aquelas que têm maior representação ao nível do BLVG;

135 dos inscritos têm entre o ensino secundário e o ensino superior o que representa mais de 50% do total das inscrições;

relativamente à situação face ao emprego, 96 pessoas inscritas no BLVG estão empregadas, 61 pessoas estão desempregadas, 35 estão reformadas ou são pensionistas e 34 são estudantes;

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Incrementar voluntariado direcionado ao apoio a pessoas idosas.

estratégias

Criar o “Gabinete do Cidadão”.

Potenciar grupos de Voluntariado.

Voluntariado ao Domicílio.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
. Presença muito desequilibrada, entre homens e mulheres, em órgãos de decisão ou representação política.	Promoção da igualdade de género, combate às discriminações e melhoria da acessibilidade: . fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo; . promoção do acesso (físico e funcional) à rede de serviços coletivos nos territórios e às entidades empregadoras, em particular de segmentos vulneráveis (e.g. pessoas com mobilidade, ou comunicação e/ou orientação condicionada); . apoio a organizações estratégicas na concretização das políticas de promoção da igualdade, como as autarquias locais, as empresas e as organizações não governamentais.

Ambiente

▪ Gestão dos resíduos urbanos

O município de Gondomar tem uma despesa com a gestão e proteção do ambiente de 6.971 milhares de euros, ocupando o terceiro lugar no que diz respeito aos municípios da GAMP;

▪ Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha:

resíduos recolhidos - o município de Vila Nova de Gaia surge em primeiro lugar, com 139.305 toneladas, seguido pelo Porto, com 138.743, depois por Matosinhos e Gondomar.

recolha seletiva - o município do Porto surge em primeiro lugar, a seguir Matosinhos, Maia e, novamente em quarto lugar, o município de Gondomar.

▪ Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água é de 100% e o consumo médio diário no início da concessão era de 26.650 m³/dia

A população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) é de 141.292 habitantes, o que equivale a uma percentagem de 84%, valor praticamente igual à do Grande Porto (83%), mas superior à percentagem relativa à Região Norte (65%) e à de Portugal continental (73%).

Em Gondomar 84% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais, tal como acontece em Portugal continental; contextualizado este valor com os concelhos do Grande Porto, apenas Vila do Conde apresenta um valor inferior (70%) a Gondomar.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Falta de espaços verdes; Valorização dos recursos naturais da freguesia/ município.

Necessidade de criar espaço de lazer/ convívio.

Terrenos qualificados zona verde/ agrícola que impedem novas construções.

Rede transportes deficiente.

Conservação dos espaços de merendas da Foz do Sousa e Covelo; Melhoramento da orla do rio Douro; Poluição Rio Sousa e Rio Ferreira; Necessidade Educação Ambiental; Necessidade Ciclopista junto ao Rio Sousa.

Ausência de parques de lazer para a comunidade; Ausência de espaços verdes.

estratégias

Revisão do Plano Diretor Municipal.

Disponibilização de terrenos abandonados para fomentar a subsistência de famílias carenciadas.

Valorização de recursos naturais; Aumentar o n.º de ecopontos; Intervenção no Rio Sousa (pesca e canoagem).

Sinalizar e divulgar, na zona ribeirinha, o município.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
<ul style="list-style-type: none">. alterações climáticas e seus impactos sobre as populações mais vulneráveis, quer do ponto de vista económico e social, quer do ponto de vista ambiental e territorial.. falta de recursos económicos suficientes, por parte das populações mais vulneráveis, para satisfazer as necessidades correntes de consumos de energia, reduzindo por isso ao mínimo a sua utilização, sendo obrigados a prescindir do seu bem-estar e conforto, colocando em risco a sua própria saúde.. debilidade económica e social das zonas rurais.. os requisitos de qualificação para muitos dos novos empregos (economia e crescimento verde) serão superiores aos atuais, obrigando a uma maior qualificação e especialização dos trabalhadores, o que implica necessariamente investimento em formação e qualificação profissional.	<ul style="list-style-type: none">. Contributo do FEADER para viabilizar o tecido produtivo e social dos territórios, desde a promoção da inclusão social, à redução da pobreza e ao desenvolvimento económico das áreas rurais, traduzindo-se no/a:<ul style="list-style-type: none">. Incremento dos mercados locais e cadeias de abastecimento curtas;. Individualização, e maior proximidade, na disponibilização de apoio a pequenos investimentos de modernização, transformação e comercialização;. Promoção de produtos de qualidade de base local.. Contribuição para reduzir o abandono da atividade agrícola (particularmente na pequena agricultura) em zonas com desvantagens naturais.<ul style="list-style-type: none">. Desenvolver projetos de produção agrícola de proximidade (hortas urbanas) e as comunidades de microprodutores de energia, enquanto instrumentos que contribuem para tornar as comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.. Diversificar a atividade, nas explorações agrícolas, nomeadamente, através de atividades turísticas.. Proteger e valorizar dos recursos naturais, como uma forma de criação de emprego e riqueza, com benefício direto para as próprias comunidades.<ul style="list-style-type: none">. Poderão ser criados programas e projetos que potenciem o capital humano face aos desafios do crescimento verde.. Criação de novas oportunidades de emprego em domínios ligados à economia azul.. Adaptação climática e da eficiência energética nas intervenções em infraestruturas, através da introdução de especificações dos cadernos de encargos das empreitadas, que promovam a integração destas preocupações nos respetivos processos de construção/ remodelação.. Prioridade de investimento relativa ao apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.<ul style="list-style-type: none">. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação) e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

Associativismo

Em março de 2014, Gondomar contava com 313 associações devidamente registadas no cadastro do movimento associativo do Município de Gondomar dinamizando a Câmara Municipal de Gondomar, anualmente, o Programa de Apoio ao Movimento Associativo tendo entre os anos de 2009 a 2014, investido 5.685.643,95€.

Cultura

O Município de Gondomar dinamiza anualmente o Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo, sendo que entre os anos 2009 e 2014 os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Gondomar às diversas associações e coletividades do concelho no âmbito do associativismo cultural e recreativo representa um investimento de € 1.621.409,00.

Entre 2010 a 2013 o fluxo cultural existente no município por espaços culturais dos quais a autarquia é gestora refere-se a:

- Biblioteca Municipal, ofertas culturais classificadas em Serviço Educativo, Exposições, Literatura, Formação e Seminários. Ainda no espaço da Biblioteca Municipal houve momentos dedicados às Artes, nomeadamente Teatro, Cinema e Música assim como à divulgação do Património concelhio.
- Auditório Municipal, espaço utilizado essencialmente para Exposições, Encontros e Seminários, Espetáculos dedicados às artes, como a dança, música e o teatro. De acordo com informação do gabinete de apoio à Divisão da Cultura, em 2013 participaram em iniciativas no Auditório Municipal de Gondomar 33 870 espetadores.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Cultura (falta de divulgação da oferta; poucos hábitos de cultura; aproximar a oferta cultural existente a diferentes públicos); Inserção Cultural (falta de referências).

Falta de espaços para a cultura.

Mais espaços culturais; Desvalorização da cultura - área com implicação direta na formação humana/cidadania plena.

estratégias

Promover a criação de um projeto cultural de referência para o município, desenvolvido no âmbito do Projeto Educativo (valorizar a relação inclusão social/ educação/cultura).

Oferta de maior diversidade de oferta cultural; Criar um evento cultural que identifique e promova o município de Gondomar.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020:

Fragilidades	Estratégias
	<p>. No contexto de um mercado de trabalho em acelerada mutação, importa ter presente que a dimensão cultural é uma componente-chave do Capital Humano, pelo que áreas menos convencionais ou formais de qualificação deverão ser valorizadas, designadamente através de formação e incentivo a práticas culturais ao longo da vida, valências indispensáveis à capacidade de adaptação e ao empreendedorismo.</p> <p>. Só serão apoiadas infraestruturas culturais ou de turismo cujo custo total não exceda 5 M€.</p>

Desporto e Juventude

▪ Desporto:

A Câmara Municipal de Gondomar como meio de potenciar e fomentar hábitos desportivos em Gondomar, apoia o movimento associativo do concelho através do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, cujo investimento entre os anos 2009 e 2014 ascende aos €3.295.604,75.

Relativamente ao investimento no que se refere a edificado, os territórios de Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e S. Pedro da Cova são aqueles que reúnem um número superior dos 73 equipamentos desportivos disponíveis no município.

▪ Juventude:

Considerando o associativismo como um exemplo de implicação dos cidadãos na sua comunidade e no que se refere a matéria de juventude, destaca-se que em dezembro de 2014 se encontravam devidamente registadas no Cadastro do Movimento Associativo do Município de Gondomar bem como no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) 6 (seis) Associações Juvenis existentes em Gondomar.

Perceções dos Parceiros do CLAS de Gondomar:

problemáticas identificadas

Ocupação de Tempos Livres - jovens.

Diversificar oferta desportiva.

Instalações Desportivas; Falta de espaços públicos para praticar desporto.

Desporto - acesso pelos mais desfavorecidos; Espaços públicos de recreação: parque urbano; atividades desportivas.

estratégias

Criação de um espaço de lazer com circuitos desportivos, com base nos espaços públicos disponíveis; Construir uma ciclovia; Promover uma maior diversidade de oferta desportiva.

Facilitar o desporto gratuito, envolvendo o movimento associativo.

Promover o desporto para crianças e jovens como facilitador de hábitos de saúde e comportamentos saudáveis.

Nota: Informações recolhidas nos brainstormings realizados pelas CSF/CSIF do CLAS de Gondomar

Análise SWOT

Fatores Endógenos	
Potencialidades	Fragilidades
<p>Concertação local institucional (CLAS de Gondomar; Atendimento Integrado; Equipas de RSI); Parcerias Autarquia e 3.º Setor: + CUIDAR; Movimento Associativo organizado;</p> <p>Diversidade, concertação e adequação da Oferta Formativa; Estruturas de apoio ao emprego e à formação (Centro de Emprego, GIP's; CQEP's, Gabinete de Educação, Formação e Emprego);</p> <p>Empreendedorismo Social/ Banco de Inovação Social (BIS) / Iniciativa para a Economia Cívica (IEC);</p> <p>Banco Local de Voluntariado de Gondomar: Voluntariado organizado;</p> <p>Instituições com boas práticas nas diversas respostas sociais; Qualificação das Respostas Sociais;</p> <p>Existência de Programas/Projetos integrados de intervenção social (PRI's, 5.ª Geração Programa Escolhas/ Escolhas Pontuais; Orquestra Geração; Empresários pela Inclusão Social);</p> <p>Existência de respostas locais de proximidade; Programas municipais de intervenção comunitária: “+ Família” Programa de Intervenção Comunitária; “Social +” Programa de Desenvolvimento Social.</p>	<p>Aumento acentuado do índice de envelhecimento; Diminuição da taxa de natalidade bruta;</p> <p>Aumento das famílias em situação de risco de pobreza; Ausência de dados sobre o número de pessoas em situação de sem-abrigo; Número elevado de sinalizações e acompanhamento na CPCJ de Gondomar; Necessidade de Formação Parental para capacitação das famílias;</p> <p>Taxa de pré-escolarização diminuta; Baixas qualificações escolares; Insuficiência de intervenção precoce ao nível das NEE;</p> <p>Desemprego/ baixos níveis de qualificação da população ativa; Escassa oferta emprego; Desemprego acentuado no sexo feminino e na faixa etária dos 35 aos 54 anos;</p> <p>Pouca oferta de arrendamento social;</p> <p>N.º diminuto de capacidade da Unidade de Cuidados Continuados Integrados; Consumo expressivo de medicamentos ansiolíticos, antidepressivos, hipnóticos e sedativos; Comportamentos de Risco: dependências (alcooolismo);</p> <p>Existência de registos: Violência doméstica; Idosos: Maus tratos e Isolamento;</p> <p>Insuficiência de áreas verdes e de lazer;</p> <p>Insuficiência de respostas para a população idosa; Insuficiência de respostas para a população deficiente; Insuficiência de respostas para a população com doença mental.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Fontes de financiamento (QEC; Novo Norte, União Europeia, entre outras); Constituição de Empresas Sociais - 3.º Setor; Crescimento da população imigrante; Dinâmica do Movimento Associativo; Localização geográfica do Concelho; Turismo/ Património concelhio (natural, paisagístico, edificado); Extensa margem fluvial; Projeto Pulmão Verde; Parque Tecnológico de Negócios de Ourivesaria – Gondomar Gold Park.</p>	<p>Contexto atual da crise socioeconómica.</p> <p>Diminuição generalizada das prestações sociais.</p> <p>Tecido empresarial pouco diversificado e qualificado.</p> <p>Aumento do parque habitacional devoluto.</p> <p>Incipiente Rede de Transportes interna.</p>
Fatores Exógenos	

Plano de Desenvolvimento Social 15 - 20

Garantindo-se através do Plano de Desenvolvimento Social um instrumento de base concelhia capaz de orientar e priorizar objetivos, este foi organizado em 2 Eixos Estratégicos, tendo sido definidas as seguintes finalidades, objetivos e metas:

Eixo 1 – Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Fomentar e potenciar o trabalho interinstitucional e apostar numa gestão qualificada das respostas sociais. Capacitar dirigentes e técnicos de novas competências e conhecimentos, que promovam a inovação, o desenvolvimento e a competitividade, com vista à melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Incentivar a criação de mais e diversificadas respostas sociais nas áreas de infância/juventude, pessoas idosas e pessoas com deficiência, procurando adequar, de forma progressiva, os serviços às necessidades dos clientes. Incentivar a criação de respostas especificamente destinadas à área da doença mental.

Promover a atratividade do município potenciando a constituição de nichos empresariais, facilitando dinâmicas de emprego.

Eixo 2 – Inclusão e Desenvolvimento Social & Promoção do Bem-estar

Promover, junto dos segmentos de população mais vulneráveis, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais. Incentivar requalificação (competências académicas e profissionais), garante de melhores oportunidades de emprego e uma plena cidadania. Criar estratégias e mecanismos de proteção dos grupos da população mais vulneráveis. Dinamizar ações promotoras de saúde e bem-estar prevenindo situações de dependência. Fomentar a cidadania e a igualdade de direitos. Promover Gondomar como Município inclusivo.

Eixos Estratégicos

1 - Capacitação, Inovação e Empreendedorismo	2 - Inclusão e Desenvolvimento Social & Promoção do Bem-estar
1.1 - Potenciar mecanismos de articulação institucional local	2.1 - Integrar as pessoas em risco de pobreza e exclusão social
1.2 - Promover o aumento, diversificação e requalificação das respostas sociais	2.2 - Requalificar as competências pessoais e profissionais dos jovens, dos ativos e ativos seniores
1.3 - Reforçar a Capacitação Institucional e a Qualidade nas Respostas Sociais	2.3 - Diminuir o número de sinalizações e acompanhamento de crianças e jovens à CPCJ'G
1.4 - Fomentar o Empreendedorismo Qualificado	2.4 - Analisar e erradicar situações de mendicidade e sem-abrigo
1.5 - Estimular a constituição de Empresas Sociais	2.5 - Promover a qualidade de vida nas pessoas com deficiência
1.6 - Fomentar a responsabilidade social no tecido empresarial	2.6 - Garantir mecanismos de proteção e acompanhamento às pessoas idosas e seus familiares
1.7 - Criar uma Entidade para Acolhimento Empresarial	2.7 - Qualificar a vida das pessoas com doença mental
	2.8 - Melhorar a qualidade de vida das pessoas vítimas de violência doméstica
	2.9 - Promover o voluntariado, o bem-estar e a saúde
	2.10 - Reforçar a coesão territorial

Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Objetivo Geral 1.1 - Potenciar mecanismos de articulação institucional local

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Concertar e agilizar procedimentos interinstitucionais em diversos âmbitos, de forma integrada e melhorando a eficácia e eficiência das mesmas, até final de 2020.	<p>Criar mecanismos de comunicação entre os intervenientes sociais locais através até 2020.</p> <p>Garantir que estes mecanismos consubstanciam intervenções sociais inovadoras, até 2020.</p> <p>Difundir boas práticas subjacentes a intervenções sociais inovadoras, até 2020.</p>	<p>Criar uma plataforma on-line de cariz municipal que permita articular e conciliar intervenções sociais,</p> <p>Levantamento dos âmbitos e Indicadores a incluir na Plataforma;</p> <p>Monitorização, recolha e análise dos dados/ indicadores existentes;</p> <p>Em articulação com o Núcleo Executivo do CLAS'G, incentivar a realização de Encontros/seminários/ em áreas temáticas relevantes.</p>	<p>Constituição da plataforma;</p> <p>N.º de instituições envolvidas;</p> <p>N.º de parcerias estabelecidas;</p> <p>N.º de boas práticas divulgadas;</p> <p>N.º de atividades realizadas;</p> <p>Avaliação e divulgação dos resultados das atividades.</p>	<p>Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.</p>	<p>Consolidar o trabalho em rede.</p>	<p>Acordo de Parceria Portugal 2020.</p>

Objetivo Geral 1.1 - Potenciar mecanismos de articulação institucional local

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Incentivar a dinamização de respostas locais de proximidade até 2020.	Garantir a proximidade do atendimento social em zonas rurais e mais desfavorecidas do Município, até final de 2015.	Promover o Atendimento Descentralizado no município.	N.º de postos de atendimento descentralizado criados; N.º de atendimentos efetuados.	Instituto da Segurança Social; CMG.	Efetivar a resposta de atendimento de proximidade no município.	RLIS; Contratos Locais de Desenvolvimento Social.
	Implementar o Movimento Zero Desperdício em Gondomar até ao 2.º semestre de 2016.	Criar as condições necessárias à operacionalização do Movimento Zero Desperdício em Gondomar.	N.º de restaurantes que adiram; N.º de entidades educativas e formativas do município; N.º de entidades governamentais; N.º de instituições ligadas ao associativismo; N.º de famílias/instituições beneficiárias da medida.	AMP; ACIG; IPSS's; CMG; Instituto da Segurança Social.	Reduzir o número de situações de carência alimentar; Promover o dever de cidadania/consciência cívica das instituições aderentes.	Movimento Zero Desperdício.
	Criar uma Bolsa de Medicamentos de âmbito Municipal até final de 2016.	Reunir entidades parceiras com responsabilidade na área da saúde, para promoverem de forma concertada a constituição de uma Bolsa de Medicamentos.	N.º de famílias/instituições beneficiárias da medida.	ACES Gondomar; CMG; DIAPOTEK.	Reduzir o número de situações de carência em terapêutica farmacológica; Melhorar a terapêutica ao nível da doença crónica.	Acordo de Parceria Portugal 2020. PAES – Banco de Inovação Social.

Objetivo Geral 1.2 Promover o aumento, diversificação e requalificação das respostas sociais

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Diversificar a rede de Equipamentos Sociais nas áreas de: Intervenção Precoce; CAFAP; Apartamentos de Autonomização; Centro de Alojamento Temporário; Fórum Sócio-Ocupacional; Centro de Atividades Ocupacionais; Lares Residenciais para Pessoas com Deficiência; Centro de Noite; Centro para a pessoa idosa para descanso do Cuidador, até final de 2020.	Assegurar, através de candidaturas a fundos nacionais e/ou comunitários, a implementação de pelo menos 2 dos Equipamentos mencionados. Aumentar em 10% as vagas em resposta residencial para pessoas com deficiência. Aumentar o número de vagas resultantes de processos de reconversão ou adaptação de equipamentos sociais.	Incentivar candidaturas a fontes de financiamento para a implementação de 2 dos Equipamentos especificados.	Inexistência de respostas sociais e supra-municipais com capacidade de maior integração; N.º de pessoas residentes no concelho em lista de espera para integração nas diversas respostas sociais; N.º de capacidade existente nas IPSS; N.º de candidaturas efetuadas; Nº de vagas criadas resultantes de processos de reconversão de equipamentos.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Produzir um planeamento integrado dos equipamentos sociais.	Acordo de Parceria Portugal 2020.

Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Objetivo Geral 1.3 Reforçar a Capacitação Institucional e a Qualidade das Respostas Sociais

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Fomentar o desenvolvimento das instituições, através da qualificação e formação do capital humano disponível, até final de 2020.	<p>50% das entidades parceiras participam em formações, com pelo menos 1 dirigente.</p> <p>50% dos Diretores Técnicos das IPSS, participam em ações de formação.</p> <p>75% dos técnicos participam em formações específicas.</p>	<p>Gerar um Programa de Capacitação das Instituições ao nível das capacidades técnicas, de gestão, liderança e de adaptação a novas realidades e modelos das instituições;</p> <p>Promover ações de capacitação e de sustentabilidade relacionadas com o benchmarking, coaching e crowdfunding.</p>	<p>N.º de ações realizadas;</p> <p>N.º de instituições envolvidas nas ações;</p> <p>N.º de pessoas capacitadas.</p>	<p>Área Metropolitana do Porto;</p> <p>IEFP, IP;</p> <p>Conselho Local de Ação Social de Gondomar;</p> <p>Bolsa de Formadores Municipais;</p> <p>Entidades Formativas do Município;</p> <p>Outros recursos considerados pertinentes pelo CLAS'G.</p>	<p>Aumentar a qualificação técnicas das respostas sociais do município;</p> <p>Promover a consciencialização dos dirigentes para a necessidade da qualidade das respostas sociais;</p> <p>Promover a sustentabilidade das instituições sociais.</p>	<p>Acordo de Parceria Portugal 2020; COMPETE 2020;</p>

Objetivo Geral 1.3 Reforçar a Capacitação Institucional e a Qualidade das Respostas Sociais

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Implementar nas instituições locais um Sistema de Gestão da Qualidade nas Respostas Sociais, até 2020	50% das Instituições parceiras adotam o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais e/ou do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001.	Colaborar com as entidades do município que pretendam implementar o Sistema de Certificação da Qualidade das Respostas Sociais. Apoiar as entidades do município que implementem o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais e/ou do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar.	N.º de entidades a implementar o SGQ; N.º de entidades apoiadas nos Processos de Certificação; N.º de entidades apoiadas pelo PADS.	Área Metropolitana do Porto; IEFP; Conselho Local de Ação Social de Gondomar; Bolsa de Formadores Municipais; Entidades Formativas do Município; Outros recursos considerados pertinentes pelo CLAS'G.	Aumentar o número de instituições certificadas.	Acordo de Parceria Portugal 2020; Fundação Calouste Gulbenkian.

Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Objetivo Geral 1.4 - Fomentar o Empreendedorismo Qualificado

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
<p>Criar um espaço de <i>Social Business Consulting</i> até 2020.</p>	<p>Estimular a inovação, a eficiência e o crescimento do impacto de projetos potencialmente transformadores em termos sociais, até 2020.</p> <p>Apoiar, promover, dar sustentabilidade e dimensão a novas respostas criadas para responder aos desafios sociais, até 2020.</p>	<p>Criar um espaço de capacitação/ motivação para a criação/ dinamização de negócios sociais;</p> <p>Promover espaços de formação específica na área do empreendedorismo/ inovação social;</p> <p>Promover espaços de networking;</p> <p>Protocolar com empresas de relevante suporte económico do município o apoio a negócios sociais;</p> <p>Estabelecer protocolo de parceria/ cooperação com o Instituto de Empreendedorismo Social/ Social Business School.</p>	<p>N.º de empresas/ negócios sociais implementados no município;</p> <p>N.º de ações de qualificação realizadas;</p> <p>N.º de Projetos de Inovação e qualificação apoiados;</p> <p>N.º de formandos/ participantes nas iniciativas realizadas.</p>	<p>IPSS do município de Gondomar</p> <p>IEFP</p> <p>ACIG;</p> <p>Tecido empresarial do município.</p>	<p>Aumento da dinâmica da implementação local de fomento ao empreendedorismo/ negócios sociais.</p>	<p>Instituto de Empreendedorismo Social/ Social Business School;</p> <p>COMPETE 2020;</p> <p>Candidaturas ao Eixo Portugal Inovação Social.</p>

Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Objetivo Geral 1.5 - Estimular a constituição de Empresas Sociais

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Sensibilizar as entidades do Município de Gondomar para a constituição de pelo menos 3 Empresas Sociais em áreas lacunares, identificadas pelo CLAS'G, até final 2020.	<p>Apoiar a criação de empresas sociais que respondam, de forma inovadora e sustentável aos problemas sociais prementes na área social;</p> <p>Promover o trabalho em rede, o intercâmbio e a aprendizagem inter-organizacional;</p> <p>Apoiar ações de marketing social, no lançamento de um produto ou serviço com enfoque numa causa de relevância para a comunidade.</p>	Criar uma estrutura de apoio à criação e desenvolvimento de empresas sociais.	Nº de empresas/negócios sociais constituídos;	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Promover a sustentabilidade das instituições sociais.	<p>Instituto de Empreendedorismo Social/ Social Business School;</p> <p>Candidaturas ao Eixo Portugal Inovação Social.</p>

Capacitação, Inovação e Empreendedorismo

Objetivo Geral 1.6 Fomentar a responsabilidade social no tecido empresarial

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Fomentar a constituição de uma Bolsa Solidária em prol das pessoas mais desfavorecidas do município, até meados de 2016.	Potenciar a inclusão de medidas de responsabilidade social nas empresas, até 2016.	Criar um espaço que centralize a captação das medidas de responsabilidade social das empresas.	Nº de medidas implementadas pelas empresas; Nº de bens doados; Nº de famílias/pessoas beneficiárias;	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados; ACIG.	Aproximar as empresas à comunidade; Promover o dever de cidadania/consciência cívica das instituições aderentes.	Acordo de Parceria Portugal 2020.

Objetivo Geral 1.7 Criar uma Entidade para Acolhimento Empresarial

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Agilizar procedimentos e estratégias que visem dotar o Município de Gondomar de maior atratividade para a implementação de empresas/indústria/ entidades privadas, até 2020.	<p>Dinamizar e potenciar mecanismos e projetos coletivos de cooperação entre empresas e entidades públicas e solidárias até 2020.</p> <p>Flexibilizar as estruturas e os fluxos de informação e de concertação.</p>	<p>Constituir uma Entidade para acolhimento empresarial;</p> <p>Apoiar na promoção, cooperação e incremento da eficácia e eficiência das empresas ligadas à Entidade a constituir;</p> <p>Criar um pacote de incentivo ao investimento;</p> <p>Fomentar a implementação de um Fórum Empresarial Municipal.</p>	<p>N.º de empresas envolvidas;</p> <p>N.º de medidas de divulgação de atratividade municipal implementadas;</p> <p>N.º de novas empresas/indústria/ entidades privadas implementadas.</p>	<p>Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.</p>	<p>Promover o aumento do tecido empresarial do município;</p> <p>Potenciar a captação de emprego no município.</p>	<p>Ecossistema de apoio às empresas, programa quadro de apoio ao desenvolvimento empresarial;</p> <p>COMPETE 2020.</p>

Inclusão e Desenvolvimento Social & Promoção do Bem-estar

Objetivo Geral 2.1 Integrar as pessoas em risco de pobreza e exclusão social

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Garantir articulação e comunicação interinstitucional que diminua situações de pobreza e exclusão no concelho até 2020.	Gerar esforços concertados e eficientes que visem a inclusão social junto da população em fragilidade económica, até 2020.	Promover em todas as freguesias do município de Gondomar Bancos de Recursos garantindo uma estreita articulação interinstitucional. Implementar em todas as freguesias do município Projetos relacionados com Hortas de Subsistência Familiar.	N.º de BR implementados, N.º de hortas de subsistência criadas; N.º de entidades envolvidas; N.º de pessoas beneficiadas.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Reforço dos fatores de inclusão social; Redefinição/ Reformulação dos projetos de vida das famílias.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Realizar anualmente ações de desenvolvimento pessoal e treino de competências sociais junto de segmentos populacionais mais vulneráveis, até 2020.	Integrar 1.500 mulheres em ações de desenvolvimento pessoal, social e competências empreendedoras. Promover ações de literacia financeira, junto dos grupos de população mais vulneráveis, até final de 2020.	<i>Promover a Social Business Consulting</i> , como área de formação para o empreendedorismo feminino. Integrar, anualmente, 2 conjuntos de 10 agregados familiares em ações de formação de literacia financeira.	N.º de ações promovidas; N.º de pessoas envolvidas. N.º de ações promovidas; N.º de pessoas envolvidas.			
Garantir condições que permitam dinamizar a Orquestra Geração de Gondomar em todos as entidades educativas e formativas do Município que demonstrem o seu interesse, até 2020.	Criar até 2020 uma Orquestra Geração de âmbito Municipal.	Promover a constituição de Orquestra Geração nos diferentes territórios do município.	N.º de entidades educativas e formativas que constituem Orquestra Geração; N.º de crianças e jovens envolvidos.		Romper com ciclos geracionais de exclusão social.	

Objetivo Geral 2.1 Integrar as pessoas em risco de pobreza e exclusão social

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Valorizar e promover o diálogo e a interculturalidade, bem como, a Cidadania, até final de 2020.	Promover o diálogo e as iniciativas interculturais.	<p>Criar condições para a implementação e diversificação de oferta cultural no município.</p> <p>Criar espaços de reflexão e diálogo intercultural no município.</p>	<p>N.º de oferta cultural diversificada disponível;</p> <p>N.º de espaços de reflexão criados;</p>	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Estimular a inclusão de e/imigrantes.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Incentivar a inclusão de Emigrantes e Imigrantes na comunidade gondomarense.	<p>Caracterizar a população E/Imigrantes residente em Gondomar, bem como, as suas necessidades, até meados de 2017.</p> <p>Implementar ações de "Português para Todos" direcionado aos imigrantes residentes no município.</p> <p>Dinamizar um gabinete de apoio aos E/ Imigrantes.</p> <p><i>Promover a Social Business Consulting, como Incubadora de ideias para projetos interculturais, atraindo e fixando talentos.</i></p>	<p>Execução do estudo de caracterização da população E/Imigrante;</p> <p>N.º de ações dinamizadas; N.º de pessoas envolvidas;</p> <p>Constituição do espaço de apoio ao E/Imigrante; N.º de pessoas apoiadas;</p> <p>N.º de projetos incubados e apoiados.</p>			

Objetivo Geral 2.1 Integrar as pessoas em risco de pobreza e exclusão social

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Garantir a mobilidade em zonas rurais e mais desfavorecidas, privilegiando grupos vulneráveis da população, até final de 2020.	Assegurar, através de candidaturas a fundos nacionais e/ou comunitários, a implementação de estratégias que garantam a mobilidade interna em zonas rurais do município, até final de 2020.	Incentivar candidaturas a fundos nacionais e/ou comunitários por parte de IPSS ou Empresas Sociais.	N.º de entidades que realizam candidatura.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Minimizar constrangimentos de mobilidade interna.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Dinamizar a Reabilitação Urbana através da reabilitação do edificado degradado/ abandonado até final de 2020.	Fomentar a constituição de uma Bolsa Municipal de Arrendamento Social até final de 2019.	Criar uma Bolsa Municipal de Arrendamento Social.	N.º de proprietários que adere à iniciativa.		Reabilitação Parque Habitacional; Inclusão de pessoas em risco de exclusão social; Fixação de jovens casais.	

Objetivo Geral 2.2 Requalificar as competências pessoais e profissionais dos jovens, dos ativos e ativos seniores

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Criar uma estratégia concelhia de incentivo à educação/formação com vista à empregabilidade até 2020.	Fomentar intervenções de índole municipal direcionadas ao sucesso escolar em todos os níveis de ensino, incluindo 100% dos alunos em situação de desistência ou abandono escolar	Incentivar o sucesso educativo nos jovens; Criar uma Rede Municipal de Educação.	N.º de jovens qualificados com o 12.º ano; % de jovens com sucesso educativo.	EPIS; DGEST; IEFP, IP; CPCJ de Gondomar; Instituições educativas e formativas de Gondomar; Universidades sénior.	Aumentar as qualificações e competências.	Empresários pela Inclusão Social; Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Promover o encontro entre entidades empregadoras e pessoas à procura de emprego, bem como incentivar exposições de cariz intercultural e de debates.	Dinamizar anualmente Feiras do Emprego.	N.º de participantes; N.º de entidades envolvidas; N.º de edições da iniciativa.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Incentivar à empregabilidade.	Acordo de Parceria Portugal 2020. COMPETE 2020.
	Criar um espaço com oferta diversificada de resposta em função das necessidades específicas dos utilizadores.	Promover atendimento personalizado, workshops temáticos, centro de documentação (áreas como empreendedorismo, inovação, formação, oportunidades de emprego nacionais e internacionais ferramentas para procura de emprego, formação, catálogo de profissões, micro-negócios).	N.º de pessoas que recorrem ao serviço; N.º de serviços disponibilizados.		Dinamizar as condições de empregabilidade.	Acordo de Parceria Portugal 2020.

Objetivo Geral 2.2 Requalificar as competências pessoais e profissionais dos jovens, dos ativos e ativos seniores

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Fomentar o aumento de respostas educativas e formativas para jovens com idades inferiores aos 18 anos de idade.	Formar para o empreendedorismo nas entidades educativas e formativas do município. Aumentar em 50% o número de jovens incluídos em respostas formativas.	Direcionar a Social Business Consulting, à população mais jovem do Município de Gondomar. Incentivar a diversidade da oferta formativa.	N.º de ações de formação-ação para o empreendedorismo; N.º de jovens certificados.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Criar estratégias inovadoras de capacitação para o empreendedorismo.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego, até final de 2020.	Prosseguir com as iniciativas que visam responder à situação de desemprego de jovens e adultos de forma a evitar o influxo de DLD e a diminuição de NEET, oferecendo uma nova oportunidade no prazo máximo de 6 e 12 meses, respetivamente. Promoção de uma inserção mais rápida e mais sustentada no mercado de emprego, através do Serviço Local de Emprego e em estreita articulação com os Gabinetes de Inserção Profissional, enquanto estruturas de apoio ao emprego.	Articular com os CQEP o encaminhamento de DLD e NEET. Direcionar a Social Business Consulting, aos DLD e NEET do Município de Gondomar.	N.º de participantes que beneficiem de estágio profissional.		Aumentar as competências para o ingresso na vida ativa; Promover oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.	

Objetivo Geral 2.2 Requalificar as competências pessoais e profissionais dos jovens, dos ativos e ativos seniores

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Promover uma rede de ofertas formativas diversificada e adequada às necessidades do Mercado de Trabalho, até final de 2020.	Divulgar, anualmente, a rede de oferta formativa concelhia, a qual deve ser articulada e concertada entre todas as instituições com competência em matéria de educação/formação.	Edição do Guia de Oferta Formativa de Gondomar. Garantir a diversificação da oferta formativa do município com enfoque nas tradições de Gondomar.	N.º de entidades envolvidas; Periodicidade da edição do Guia de Oferta Formativa de Gondomar.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Aumento da diversificação da oferta formativa.	Acordo de Parceria Portugal 2020. COMPETE 2020.
Promover a reorientação profissional e a formação ao longo da vida até final de 2020.	Incentivar a criação do próprio emprego; Apoiar a empregabilidade, com uma aposta na recuperação de artes, ofícios e técnicas tradicionais; Fomentar ações de empreendedorismo até final de 2020; Dinamizar anualmente 5 ações formativas que envolvam ativos menos qualificados, em particular jovens que abandonaram a escolaridade de forma precoce; Formar, qualificar e certificar, anualmente, 2000 pessoas, através dos CQEP.	<i>Promover a Social Business Consulting, como Apoio ao Empreendedor.</i> Divulgar os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP). Encaminhar adultos para os CQEP.	N.º de postos de trabalho criados incluído auto-emprego; N.º de ações de formação-ação para o empreendedorismo; % de ativos que concluíram ações de inovação e gestão; N.º de ativos abrangidos em ações de formação em contexto empresarial.		Criar dinâmicas inclusivas no mercado de trabalho existente no município.	

Objetivo Geral 2.3 Diminuir o número de sinalizações e acompanhamento de crianças e jovens à CPCJ'G

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Facilitar a constituição de pelo menos 2 CAFAP - Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental no município até final de 2020.	Intervir em 30% das famílias com potencial risco de sinalização à CPCJ de Gondomar.	Potenciar a integração das famílias na intervenção em sede de CAFAP.	N.º de famílias intervencionadas.	Instituto da Segurança Social; IPSS's; CMG; CPCJ de Gondomar.	Diminuir o número de crianças em situação de risco.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Implementar Roteiros para a Educação Parental, junto das famílias (abrangendo pais, filhos e avós), até final de 2020.	Garantir que todas as crianças até aos 6 anos de idade, de famílias que beneficiam de apoios sociais, se encontram a frequentar o Pré-escolar; Capacitar 80% das famílias em situação de desestruturação. Envolver 1.500 pais e mães, sinalizados à CPCJ de Gondomar em situação de vulnerabilidade social, em ações de formação parental.	Promover a Mediação Parental; Ações de formação em competências pessoais, parentais, sociais e educativas; Formar pais para educar outros pais.	N.º de ações promovidas; N.º de pessoas envolvidas.	CPCJ de Gondomar.	Aumentar a capacitação da promoção da parentalidade positiva por parte das famílias.	
Criar estratégias que garantam a reinserção social dos jovens em situação de acolhimento em instituição bem como em autonomia de vida, até final de 2020.	Facilitar a constituição de 1 Apartamento de Autonomização no município até final de 2020.	Promover a capacitação dos Lares de Infância e Juventude do município, para o apoio à aplicação de medidas de autonomia de vida.	N.º de apartamentos de autonomização constituídos; N.º de medidas de autonomia de vida aplicadas; N.º de jovens encaminhados para emprego/formação;	Instituto da Segurança Social; IPSS's; CMG; CPCJ de Gondomar IEPF.	Aumentar o número de jovens com projeto de vida de autonomia de vida definido e implementado	

Objetivo Geral 2.4 Analisar e erradicar situações de mendicidade e sem-abrigo

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Caracterizar as pessoas em situação de sem-abrigo e mendicidade, bem como, as suas necessidades, até final de 2016.	Envolver todas as Instituições parceiras, para a recolha de dados.	Localizar (mapear) as situações de pessoas sem abrigo integradas no concelho; Realizar um estudo de caracterização das pessoas sem abrigo integradas no Concelho de Gondomar.	N.º de pessoas referenciadas; Resultados obtidos em sede de estudo.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Aumentar o conhecimento relativo à realidade de sem-abrigo e mendicidade em Gondomar.	AMP; Acordo de Parceria Portugal 2020.
Criar mecanismos de minimização de situações de mendicidade e sem-abrigo no município até 2017.	Implementar um Núcleo de Planeamento e Intervenção para Sem Abrigo (NPISA).	Implementar medidas de intervenção social específicas junto das pessoas sem-abrigo e em situação de mendicidade.	N.º de pessoas intervencionadas/apoiadas.	CMG; Instituto da Segurança Social; Entidades Parceiras com intervenção neste âmbito.	Reduzir o número de pessoas sem-abrigo/em situação de mendicidade.	

Objetivo Geral 2.5 Promover a qualidade de vida nas pessoas com deficiência

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Promover projetos de âmbito concelhio que garantam o acompanhamento próximo das crianças diagnosticadas com NEE ou c/ deficiência incluídas no sistema educativo de Gondomar, até 2020.	Caracterizar as pessoas com deficiência e as suas necessidades, até meados de 2018.	Localizar (mapear) as situações de pessoas com deficiência residentes no concelho; Realizar um estudo de caracterização das pessoas com deficiência residentes no Concelho de Gondomar.	Resultados obtidos em sede de estudo.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Aumentar o conhecimento relativo à situação das pessoas com deficiência.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Acompanhar anualmente até cerca de 50 crianças com NEE, que integrem o Pré-Escolar da rede pública. Criar estratégias que promovam a inclusão de 50% das crianças com NEE que frequentem o 1.º Ciclo.	Promover o acompanhamento específico a nível social, psicológico, familiar e de saúde, de crianças com NEE.	N.º de crianças acompanhadas/integradas	Equipa Local de Intervenção Precoce; Instituto da Segurança Social; CMG.	Diminuir os défices apresentados pelas crianças com NEE.	
Impulsionar a frequência em Formação Profissional por 10% da população com deficiência residente no município até 2020.	Sensibilizar as entidades que reúnam condições para o efeito, para se certificarem na área de formação profissional para pessoas com deficiência.	Sensibilizar para a certificação de mais 1 entidade na área da formação profissional para pessoas com deficiência.	N.º de pessoas integradas em formação;	IEFP; Instituto da Segurança Social; IPSS's.	Incluir sustentadamente as pessoas com deficiência residentes em Gondomar.	

Objetivo Geral 2.5 Promover a qualidade de vida nas pessoas com deficiência

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Promover a ocupação de pessoas com deficiência, até final de 2020.	Sensibilizar para a celebração de um Protocolo Municipal que vise a integração de pessoas com deficiência, preferencialmente, em entidades parceiras do CLAS'G. Aumentar em 15% as vagas em CAO.	Apoiar a constituição de mecanismos que potenciem a mobilidade.	N.º de pessoas integradas em ocupação.	IPSS's; CMG; Instituto da Segurança Social.	Diminuir o número de pessoas com deficiência desintegradas/sem ocupação.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Constituir uma Bolsa Municipal para a Inclusão e a Empregabilidade de pessoas com deficiência até 2019.	Sensibilizar 15 organizações sociais bem como o tecido empresarial do município (pelo menos 10 empresas) para a integração de pessoas com deficiências. Aumentar em 10% as vagas de emprego protegido nas empresas do município.	Realizar ações de formação junto de entidades empregadoras; Sensibilizar as instituições para os benefícios inerentes à integração das pessoas com deficiência.	N.º de pessoas integradas; N.º de instituições envolvidas.	ACIG; IEFP; IPSS's; CMG.	Diminuir o desemprego das pessoas com deficiência.	

Objetivo Geral 2.6 Garantir mecanismos de proteção e acompanhamento às pessoas idosas e seus familiares

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Apoiar a população idosa residente no município de Gondomar, sinalizando, especificamente, situações de isolamento e de maus tratos.	Caracterizar e diminuir as situações de isolamento social da população idosa bem como de maus tratos, até 2016.	Elaborar um estudo de caracterização e mapeamento sobre a população idosa do município; Dinamizar Atividades de lazer/ sócio-educativas, junto da população idosa; Criar a Comissão de Proteção à Pessoa Idosa do Município de Gondomar; Promoção de ações de informação sobre Violência na população idosa; Promover a constituição de um Centro de Noite no município; Assegurar o serviço de Telealarme pelos idosos isolados do município; Apoiar a constituição de meios que potenciem a mobilidade.	Nº de pessoas idosas apoiadas; Nº de medidas de proteção das pessoas idosas implementadas; Nº de encaminhamentos para respostas sociais efetuados; Nº de ações de formação/sensibilização efetuadas.	Instituto da Segurança Social; CMG; BLV de Gondomar; CIG.	Diminuir as situações de isolamento/maus-tratos da população idosa identificadas; Promover medidas de consciência cívica para esta temática; Capacitar o município para a intervenção neste domínio; Produzir um planeamento integrado dos equipamentos sociais.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Alargar, em 10%, os acordos de cooperação da valência de SAD de 5 para 7 dias e diversificar os serviços prestados aos clientes.	Aumentar as respostas de SAD para 7 dias.	Nº de acordos de cooperação estabelecidos; Nº de IPSS's envolvidas.	Instituto da Segurança Social; IPSS's.	Aumentar a qualidade da resposta de SAD.	

Objetivo Geral 2.6 Garantir mecanismos de proteção e acompanhamento às pessoas idosas e seus familiares

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Desenvolver estratégias de apoio aos cuidadores de pessoas idosas.	<p>Promover a constituição de um Centro para a pessoa idosa para descanso do Cuidador.</p> <p>Implementar formação para cuidadores e proporcionar a constituição de um grupo de ajuda mútua.</p> <p>Aumentar a percentagem de aceitação dos séniores aos apoios existentes, nomeadamente em relação ao voluntariado, em 30%.</p>	<p>Incentivar candidaturas, a fontes de financiamento, para a construção de um Centro para a pessoa idosa para descanso do Cuidador.</p> <p>Implementar o + CUIDAR - Programa de Apoio ao Cuidador do Município de Gondomar.</p>	<p>Nº de ações dinamizadas;</p> <p>Nº de pessoas apoiadas;</p> <p>Nº de instituições envolvidas;</p>	<p>Instituto da Segurança Social;</p> <p>IPSS's;</p> <p>CMG.</p>	<p>Produzir um planeamento integrado dos equipamentos sociais.</p>	<p>Acordo de Parceria Portugal 2020.</p>

Objetivo Geral 2.7 Qualificar a vida das pessoas com doença mental

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Criar, uma rede de apoio a pessoas com doença mental, até final de 2020.	<p>Compreender a realidade concelhia em termos de pessoas com doença mental, no que concerne ao perfil sócio-familiar das pessoas/tipo de doença, até final de 2016.</p> <p>Promover a ocupação da população com doença mental, até final de 2020.</p> <p>Diminuir as situações de isolamento da população com doença mental.</p> <p>Desenvolver uma formação para familiares de doentes mentais e proporcionar a constituição de um grupo de ajuda mútua.</p> <p>Alargar, em 10%, os acordos de cooperação atípicos para intervenção junto de pessoas com doença mental.</p>	<p>Incentivar a constituição de 1 Fórum Sócio Ocupacional, para 30 pessoas diagnosticadas com doença mental;</p> <p>Incentivar candidaturas à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental;</p> <p>Implementar o + CUIDAR - Programa de Apoio ao Cuidador do Município de Gondomar;</p> <p>Promoção de ações de informação sobre Violência nas pessoas com doença mental.</p>	<p>N.º de pessoas com doença mental apoiadas;</p> <p>N.º de formações realizadas;</p> <p>N.º de medidas de proteção das pessoas com doença mental implementadas;</p> <p>N.º de candidaturas efetuadas.</p>	Instituto da Segurança Social; CMG; IPSS's.	<p>Aumentar o número de respostas para pessoas com doença mental;</p> <p>Diminuir as situações de mau trato junto das pessoas com doença mental;</p> <p>Diminuir o isolamento social das pessoas com doença mental.</p>	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental.

Objetivo Geral 2.8 Melhorar a qualidade de vida das pessoas vítimas de violência doméstica

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Conhecer a realidade concelhia em termos de violência doméstica para qualificar o atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica, até final de 2020.	Compreender a realidade concelhia em termos de violência doméstica, no que concerne ao perfil das vítimas/agressores e tipos de violência, até final de 2016.	Realizar um estudo de caracterização da Violência Doméstica em Gondomar.				
	Uniformizar os procedimentos de atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica, em todas as Instituições que dinamizam este serviço.	Identificação dos diversos recursos a intervir nesta área; Definição de circuitos de comunicação e de estratégias de intervenção conjuntas.	N.º de respostas identificadas no concelho; N.º de ações desenvolvidas. N.º de mulheres integradas em grupos de auto-ajuda; Nº de agressores intervencionados.	Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais; Instituto da Segurança Social; CIG; FPCEUP – GEAV; INML.	Diminuir o número de vítimas de violência doméstica no município; Aumentar o número de respostas existentes neste domínio; Capacitar os agentes e atores locais para a intervenção/sensibilização neste domínio.	Fundação Calouste Gulbenkian; Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Garantir, em situações de emergência, uma estrutura de suporte às vítimas de violência doméstica residentes em Gondomar.	Constituição de um espaço de acolhimento para situações de emergência; Garantir uma quota de integração profissional de vítimas de violência doméstica nas Empresas de Inserção e Empresas Sociais do município.				

Objetivo Geral 2.8 Melhorar a qualidade de vida das pessoas vítimas de violência doméstica

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Conhecer a realidade concelhia em termos de violência doméstica para qualificar o atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica, até final de 2020.	Dinamizar 1 grupo de auto-ajuda com vítimas de violência doméstica, até 2017.	Intervir com mulheres, vítimas de violência doméstica, para a valorização das suas aptidões pessoais/ sociais; Formar mulheres para intervirem com outras mulheres.	N.º de respostas identificadas no concelho;	Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais;	Diminuir o número de vítimas de violência doméstica no município;	Fundação Calouste Gulbenkian; Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Desenvolver um Programa Municipal direcionado para Agressores de Violência Doméstica, até 2020.	Promover uma formação para Agressores de Violência Doméstica.	N.º de ações desenvolvidas;	Instituto da Segurança Social;	Aumentar o número de respostas existentes neste domínio;	
	Promover anualmente espaços de promovam a consciencialização dos modos de agir em casos de violência no namoro e violência doméstica, até final de 2020.	Sensibilizar a comunidade para a consciencialização da violência doméstica como crime público.	N.º de mulheres integradas em grupos de auto-ajuda;	CIG;	Capacitar os agentes e atores locais para a intervenção/sensibilização neste domínio.	
		Envolver a comunidade, as escolas e os profissionais/ técnicos com intervenção nesta área, em campanhas diversas.	Nº de agressores intervencionados.	FPCEUP – GEAV; INML.		

Inclusão e Desenvolvimento Social & Promoção do Bem-estar

Objetivo Geral 2.9 Promover o voluntariado, o bem-estar e a saúde

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Divulgar e promover o Banco Local de Voluntariado, incentivando o acolhimento de voluntários nas Instituições do município de Gondomar, até final de 2020.	<p>Promover mecanismos de divulgação e dar visibilidade ao Voluntariado no município de Gondomar.</p> <p>50% das IPSS parceiras desenvolvem programas de voluntariado em colaboração com o Banco Local de Voluntariado de Gondomar.</p>	<p>Edição do 1.º Boletim de Boas Práticas em Voluntariado do Município de Gondomar;</p> <p>Comemoração do Dia Internacional do Voluntariado;</p> <p>Reunião com IPSS, entidades educativas e formativas e autarquias no sentido de sensibilizar para a integração de voluntários;</p> <p>Elaboração de instrumentos que facilitem a integração e gestão de voluntários nas organizações.</p>	<p>N.º de Edições; N.º de comentários/sugestões dos parceiros.</p> <p>Realização da atividade do Dia Internacional do Voluntariado;</p> <p>N.º de Instituições inscritas no BLV de Gondomar; N.º de Voluntários inscritos; N.º de projetos de voluntariado a integrar.</p>	<p>CMG; IPSS; Entidades educativas e formativas; Autarquias locais.</p>	<p>Promover a consciência cívica da população.</p> <p>Aumentar a integração de voluntários no BLV de Gondomar.</p>	<p>Pista Mágica - Escola de Voluntariado.</p>
Promover a constituição de programas de voluntariado em parceria com as entidades educativas e formativas do município até final de 2020.	<p>Garantir que 30% das entidades educativas que em Gondomar dinamizam o 1.º Ciclo do EB aderem a programas de voluntariado até 2020.</p> <p>Promover nas entidades educativas e formativas do município a inclusão de programas de Voluntariado em todos os níveis de ensino, até 2020.</p>	<p>Propor programas de voluntariado adaptados a toda a comunidade das entidades educativas e formativas do município.</p>	<p>N.º de entidades que aderem;</p> <p>N.º de pessoas (comunidade educativa) inscritos no BLV de Gondomar;</p> <p>N.º de programas de voluntariado implementados.</p>	<p>CMG; Entidades educativas e formativas; Autarquias locais.</p>		

Objetivo Geral 2.9 Promover o voluntariado, o bem-estar e a saúde

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Incentivar, até final de 2020, a constituição de voluntariado empresarial, para o desenvolvimento de ações/projetos no âmbito da responsabilidade social.	3 empresas concelhias constituem um grupo de voluntariado e desenvolvem iniciativas neste âmbito, até 2020.	Realização de reuniões com Empresas sedeadas no Município para sensibilização na área da responsabilidade social.	N.º de reuniões realizadas; N.º de empresas sensibilizadas; N.º de projetos de voluntariado empresarial.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Promover a consciência cívica.	Pista Mágica - Escola de Voluntariado.
Criar estratégias municipais de promoção e educação para a saúde até final de 2020.	Promover, ações de sensibilização e formação no âmbito da Educação para os Afetos e a Sexualidade, até final de 2020.	Promover ações de reflexão e informação sobre Educação para os Afetos. Desenvolver ações de prevenção, sobre a Educação para a Sexualidade. Sensibilizar grupos de jovens integrados nas entidades educativas e formativas do município, para as questões relacionadas com a Gravidez na Adolescência.	N.º de pessoas envolvidas; N.º de Entidades Educativas e Formativas envolvidas; N.º de parceiros envolvidos; N.º de ações realizadas.		Educar e promover estratégias de saúde; Incentivar hábitos de vida saudáveis.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
	Incentivar a prática de comportamentos alimentares saudáveis, até final de 2020.	Protocolar, com a Plataforma Contra a Obesidade, um Programa de Prevenção da Obesidade, junto das Entidades Educativas e Formativas do Município.	N.º de parceiros envolvidos.			Plataforma Contra a Obesidade.
	Potenciar ações primárias de sensibilização no âmbito das Dependências (álcool; drogas ilegais; jogo), até 2020.	Promover ações de sensibilização relacionadas com as dependências, através de articulação entre diversas entidades.	N.º de pessoas envolvidas; N.º de parceiros envolvidos; N.º de ações realizadas.			Acordo de Parceria Portugal 2020.

Objetivo Geral 2.9 Promover o voluntariado, o bem-estar e a saúde

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Promover Gondomar como Município Inclusivo, até 2018.	<p>Criar as condições necessárias que transformem o Município de Gondomar até final de 2018 em:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Gondomar - Município Amigo das Crianças; . Autarquias + Familiarmente Responsáveis; . Município Amigo da Idade D'Ouro. 	<p>Garantir benefícios às famílias numerosas do município, até 2016;</p> <p>Transformar Gondomar em Município Amigo das Crianças;</p> <p>Promover a constituição de benefícios de âmbito municipal para a população idosa do município, até final de 2015.</p>	N.º de iniciativas promovidas.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos gondomarenses.	Acordo de Parceria Portugal 2020.

Objetivo Geral 2.10 Reforçar a coesão territorial

Objetivo Específico	Metas	Atividades	Indicadores	Recursos	Impactos	Articulação com Medidas Nacionais/ Locais
Incentivar candidaturas ao PDR nos territórios mais rurais do município, essencialmente por parte de pessoas até aos 40 anos de idade até 2020.	Revisão do Plano Diretor Municipal até 2018. Fomentar a promoção de uma Bolsa Municipal de Terrenos até 2020.	Constituir uma Bolsa Municipal de Terrenos.	N.º de proprietários envolvidos; N.º de candidaturas efetuadas; Nº de terrenos em bolsa.	Todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à implementação e execução das atividades serão sempre definidos com o Núcleo Executivo do CLAS'G, pelo que, não estão previamente referenciados.	Aumento das candidaturas efetuadas. Aumento da rentabilização dos terrenos baldios.	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.
Operacionalização do Projeto Pulmão Verde até 2020.	Requalificação da área de paisagem protegida no âmbito das serras.	Dinamizar iniciativas que envolvam âmbitos diversos (desporto, cultura, saúde, bem-estar, voluntariado); Definir e implementar trilhos pedonais temáticos e inclusivos, que permitam (re)descobrir o município. Ações de marketing direcionadas ao Projeto Pulmão Verde.	Espaços naturais reabilitados; N.º de visitantes nos locais reabilitados.		Fomento da participação da comunidade. Promoção do comércio local.	Acordo de Parceria Portugal 2020.
Conservar, promover e valorizar o património cultural, como forma de incentivar o turismo até 2020.	Apoiar o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas no município, até final de 2020.	Estimular a oferta cultural e artística. Inventariação do património cultural existente no município.	N.º de visitantes; N.º de atrações culturais reabilitadas.		Promoção do Município de Gondomar.	Fundação Calouste Gulbenkian; Acordo de Parceria Portugal 2020.

Monitorização e Avaliação

O Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar tem a duração de seis anos, podendo ser reajustado de acordo com as necessidades identificadas no decorrer da intervenção, ou quando identificadas outras problemáticas que exijam uma intervenção a curto prazo.

Compete aos parceiros do CLAS'G a execução das ações propostas assim como a sua avaliação.

A avaliação é um processo complexo, com diferentes dimensões (o que se avalia? porque e para que se avalia? quem avalia? quando se avalia? como se avalia?). Assim, partimos do pressuposto de que a avaliação é uma componente do processo de planeamento, assumindo-se como um conjunto de procedimentos destinados a julgar os méritos de uma intervenção e a fornecer informação sobre os seus fins, a sua gestão e funcionamento, as suas expetativas, os seus resultados, os seus impactos e os seus custos. Neste contexto, a avaliação será utilizada para medir os resultados das ações, para ajudar nas tomadas de decisão, para identificar as condições de sucesso e aspetos críticos das intervenções – ajudando a melhorá-las e otimizando os recursos.

O Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Gondomar será responsável pela gestão e execução dos objetivos propostos no PDS, através da elaboração de planos de ação bianuais, devendo ainda assegurar a monitorização destas ações, assim como um relatório final que corresponderá à vigência do PDS e aos 3 Planos de ação, com recomendações a ter em conta para a elaboração do PDS seguinte.

Relativamente à monitorização deste instrumento, prevê-se criar um sistema de atualização contínua do Diagnóstico Social que permitirá, aferir, de 2 em 2 anos, sobre as alterações no tecido social; no que concerne às ações delineadas no PDS, estas serão monitorizadas pelo N.E. do CLAS'G, produzindo-se relatórios de avaliação a apresentar aos parceiros nas reuniões do CLAS'G.

Bibliografia

AMP 2020 - Estratégia AMP 2020; JPQ Consultores;

Acordo de Parceria 2014-2020 - Portugal 2020; Governo de Portugal, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional;

Conselho Local de Ação Social de Gondomar (2015) – Diagnóstico Social do Município de Gondomar. Município de Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2013) – Projeto Rede em Prática. Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

LX - Europa 2020; Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário: Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; junho de 2013

Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 Versão 1.0; Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso; dezembro de 2014;

Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 Concelho da Trofa; Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso; dezembro de 2014;

Cooperar para melhor Competir - Pólos de Competitividade e Tecnologia & Outros Clusters; Autoridade de Gestão do COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade; setembro 2009